

CHARLLEY LUZ

PRIMITIVOS DIGITAIS

UMA ABORDAGEM ARQUIVÍSTICA

Essa publicação é uma coletânea de reflexões de Charley Luz, arquivista do melhor tipo pós-custodial, que leva em consideração princípios e teorias da arquivística enquanto ensaia sobre assuntos bastante atuais do mundo da informação, principalmente em meio digital.

A construção do conhecimento inspirada por essa publicação, passa pelo experimento e ensaio. É o registro de uma mente curiosa, de quem entra em contato com esses temas em seu cotidiano profissional, partindo de uma base sólida que é a arquivística, mas, frente às inquietudes e desconfiças que o novo mundo do digital costuma apresentar.

Produzimos com nossas ferramentas tecnológicas, ainda desajeitadas e em evolução, os documentos que serão observadas no futuro como os registros de uma época. Quão primitivos iremos parecer? A resposta pode gerar algum temor, mas a preocupação é o combustível para fazermos o melhor que pudermos para que as diversas predições negativas sejam negadas quando o futuro, veloz, chegar.

O livro desafia o leitor acostumado aos documentos tradicionais a encarar a nova etapa informacional da humanidade, baseada em plataformas digitais. É um universo rico, impossível de cobrir em uma única obra, mas o autor elege alguns temas para trabalhar e o faz de forma competente.



CHARLLEY LUZ

PRIMITIVOS DIGITAIS

UMA ABORDAGEM ARQUIVÍSTICA



PRIMITIVOS DIGITAIS: UMA ABORDAGEM ARQUIVÍSTICA | CHARLLEY LUZ



CHARLLEY LUZ

PRIMITIVOS DIGITAIS

UMA ABORDAGEM ARQUIVÍSTICA



Prefácio de Ricardo Andrade e posfácio de Vanderlei Batista dos Santos

© 2015 by Charley Luz

Todos os direitos de publicação reservados à 9Bravos.

1ª edição, 2015

Edição: Ricardo Sodré Andrade

Capa e diagramação: Kelly Adriano

Revisão: Thiago Charme e Magerson Bilibio

L 979

Luz, Charley

Primitivos digitais : uma abordagem arquivística / Charley Luz. – Salvador : 9Bravos, 2015.

ISBN: 9788567178066

1. Arquivologia I. Título

CDD 025.1714

Índice para catálogo sistemático:

1. Arquivologia 025.1714

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei 9.610/98.

9Bravos

Caixa Postal 10537

CEP: 40170-970

Salvador - Bahia - Brazil

contato@9bravos.com.br

www.9bravos.com.br

www.facebook.com/9bravos

Sumário

Rabiscos na parede binária	8
Visão ou abordagem arquivística	10
 I – NOSSO PRIMITIVISMO	 12
Nós somos os primitivos digitais. Seremos lembrados no futuro?	13
No primitivismo digital, somos todos arquivistas.	16
Somos os Escribas digitais?	18
Pensamento Arquivístico	21
Memória Corporativa, tratamento da informação e plataformas digitais	23
A economia criativa e o profissional da informação	25
Inovação em plataformas digitais	27
O mundo da informação digital e a arquivologia	30
Solução tecnológica não é comprar novo software	32
 II – MAPAS E ESTRUTURAS	 35
Informação Digital (Arquivística?)	36
O Arquivista como curador da Informação Digital	38
A informação digital: além do scanner, para as interfaces	40
Arquitetura da informação: portais e arquivistas 2.0	42
A arquitetura de informação	43
Do sitemap ao Infomap: a evolução da estrutura da informação	45
Taxonomia e Inteligência Artificial (IA)	48
Original papel, cópia e eletrônico	49

III – FERRAMENTAS E TECNOLOGIAS	53
Inovação tecnológica 2.0	54
Big Data: você já não vive sem	55
Gestão do conhecimento e do conteúdo	57
Produção de conteúdo	59
Tecnologia: metodologia de mídia social	61
Ferramentas na web	64
Mídias Sociais	66
Redes segmentadas	70
Bancos de ideias	74
Aplicativo para Smartphones	77
Uga Uga	79
Escrita rupestre em telas touchscreen	82

Agradeço ao Magerson,
minha mãe e irmãos/amigos a
convivência nessa vida nossa

Prefácio

Esta publicação é uma coletânea de reflexões de Charley Luz, arquivista do tipo “pós-custodial”, que leva em consideração princípios e teorias da arquivística enquanto ensaia sobre assuntos bastante atuais do mundo da informação, principalmente em meio digital.

Mesmo que o autor declare ser esse um livro de linguagem não-acadêmica, talvez por não atender a todos os rigores que alguém mais exigente pode requisitar para considerar a leitura como parte do seu aprendizado acadêmico formal, há que se observar elementos que podem ser aproveitados na construção do conhecimento que sustenta a prática profissional.

Ao leitor, segue o aviso de que a apreciação dessa obra demanda uma abertura à exploração livre de novos espaços do campo de conhecimento a que nos acostumamos a chamar de nosso.

A construção do conhecimento inspirada por esta publicação passa pelo experimento e o ensaio. É o registro de uma mente curiosa, de quem entra em contato com tais temas em seu cotidiano profissional, partindo de uma base sólida (por assim dizer) que é a arquivística, mas, frente às inquietudes e desconfiças que o novo mundo do digital costuma apresentar.

O livro desafia o leitor acostumado aos documentos tradicionais a encarar a nova etapa informacional da humanidade baseada em plataformas digitais. É um universo rico, impossível de cobrir em uma única obra. O autor, então, elege alguns temas para trabalhar e assim o faz de forma competente.

Todos nós já utilizamos dispositivos tecnológicos no cotidiano; planilhas eletrônicas e editores de texto são ferramentas básicas nos dias atuais e nisso estamos, praticamente, todos nivelados. A obra que você, leitor, têm em mãos é um mirante para além dessas ferramentas e usos, que são o princípio, talvez o cerne, do que Charley aponta como um momento de primitivismo digital.

Produzimos com nossas ferramentas tecnológicas, ainda desajeitadas e em evolução, os documentos que serão observados no futuro como os registros de uma época. Quão primitivos iremos parecer? A resposta pode gerar algum temor, mas a preocupação é o combustível para fazermos o melhor que pudermos para que as diversas previsões negativas sejam positivas quando o futuro, veloz, chegar.

Há um mundo vasto a conhecer e papéis que podem ser desempenhados, já no presente, no qual o arquivista percebe outras formas de trabalho, além daqueles que ele já reconhece. Curador digital, arquiteto de informação, administrador de portais – são algumas das perspectivas a serem encontradas e assumidas. Os tradicionais espaços de trabalho agora estão juntos, misturados às novas formas de produção, gestão e preservação da informação.

E, na medida em que as ferramentas e técnicas florescem, mudamos juntos com elas. A web se torna cada vez mais social, mais semântica; a massiva quantidade de dados que estão à disposição respondem a questões de forma quase exata (há quem diga que isso faria das hipóteses um instrumento desnecessário em alguns casos); conteúdos ricos são criados e disponibilizados em comunidades genéricas ou segmentadas da internet e tudo isso é carregado em dispositivos pequenos, nos nossos bolsos, mochilas e pulsos com a chegada dos relógios inteligentes.

Temos um longo caminho de experimentação e é isso que Charley faz ao longo do livro: preocupa-se, reflete e expõe.

Que o imediatismo não se sobreponha à nossa consciência sobre o amanhã. Temos conhecimento sólido, criatividade para inovar e atitude positiva para amarrar a conhecida arquivística, de anos de experiência e ainda em desenvolvimento, com a juventude do mundo digital, que mal bateu à nossa porta e já está em todos os espaços.

Salvador, 17 de fevereiro de 2015.

Ricardo Sodré Andrade

Arquivista e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia e Doutorando em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais pela Universidade do Porto e Universidade de Aveiro.

Rabiscos na parede binária

Por que ainda tememos a tecnologia? Enquanto as novas gerações já nascem sabendo utilizar de forma intuitiva tablets e outros gadgets, nós que aqui chegamos antes, ainda patinamos em utilizar os melhores recursos disponíveis.

Enquanto a geração internet nativa assume seus postos, seguimos nós, profissionais da informação, arquivistas e bibliotecários, responsáveis por organizar e preservar este volume imenso de informação que ultrapassa os terabytes diários.

Temos de entender um pouco nosso cenário de atuação, bem como entender os métodos disponíveis e temos de saber qual tecnologia empregar. Este livro traz algumas considerações, não exaustivas, nem conclusivas, acerca destes itens.

Acrescenta-se a isto uma abordagem arquivística. Não é um livro sobre a ciência arquivística. Este é um livro de prática, com questionamentos e conteúdos que possibilitam uma abordagem ou visão arquivística. Esta abordagem, um comportamento já mapeado pela ciência, por intermédio de autores como Theo Thomassem, da qual fazemos sua citação:

A metodologia arquivística atual frequentemente toma o contexto, e particularmente o contexto de proveniência, como ponto de partida para

análise. Nesta abordagem, primeiro são analisadas a missão, funções e tarefas do produtor de documentos, os agentes e seus mandatos são mapeados e o sistema de arquivos é criado, ou reconstruído. Esta abordagem analítico-funcional é mais ampla do que a abordagem descritiva clássica e também é mais adequada para a análise de um arquivo ainda em crescimento, de um arquivo que ainda será criado e para arquivos muito extensos ou digitais, os quais não podem ser analisados documento por documento. Thomassen (2006, p.15)

Consideramos esta abordagem ou visão arquivística, aplicável por meio dos temas que aqui percorremos, entre elas a informação digital humana, as plataformas digitais e também utilizando-se da identificação das fontes geradoras de informação, sendo esta identificação um comportamento típico de profissionais da informação, principalmente arquivistas. Tratamos também da informação arquivística quando assim for declarado no texto.

A linguagem deste livro procurou não seguir a linguagem acadêmica. É, portanto, um livro de mercado, ideal para consultores, estudantes, curiosos e professores que desejam ampliar, de uma forma fluida e rápida, seu conhecimento sobre informação e tecnologias. Pretende-se, com ele, despertar questionamentos quanto a nossa atuação profissional junto às plataformas digitais, portais corporativos e redes sociais.

Amplie seus horizontes, debata sobre os assuntos tratados e seja um profissional da informação 2.0 neste mundo digital. Estimule sua visão arquivística. Aguardo seus comentários, críticas, sugestões e posicionamentos.

Charlley Luz
charlleyluz@gmail.com

Visão ou abordagem arquivística

O mundo corporativo - do trabalho e das instituições que geram informação - vive seus processos e atividades por intermédio de interfaces de portais e intranets e o que está lá dentro é informação arquivística. Então, recordo um pouco os motivos pelos quais escrevi o livro Arquivologia 2.0. Era de fato o vislumbre dessa realidade da informação arquivística materializada nas plataformas digitais. Além da discussão de nosso objeto científico da área como uma ciência social aplicada, a realidade do mercado nos coloca em posição de resolvermos para já o acesso, a preservação e a avaliação. O mundo está virando informação digital.

A realidade científica está mais adiantada, já temos estudos sobre a web semântica e arquivos, inteligência artificial e linguagem e arquivos e, enquanto isso, ainda olhamos para a história e debatemos pontos importantes que não avançam. O debate é importante. Enriquece a área da ciência da informação, esclarece as necessidades prementes da ciência, mas quem está no mercado e nas instituições quer um pouco mais. Quer saber como vai ser o futuro e o que pode ser feito desde já.

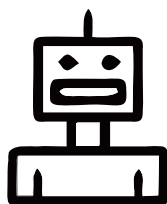
Então é importante mostrar a prática. No entanto, a urgência da tecnologia, assim como a urgência do mercado mostra que podemos deixar de lado a especialização da área (a informação arquivística)

para podermos dar atenção a uma gestão de informação corporativa, que englobaria a informação dos arquivos, mas também traria informações de outras áreas, como a de gestão do conhecimento.

Nesse sentido, gosto muito do autor da área de arquivo chamado Theo Thomassen e o seu conceito de abordagem arquivística, citado na introdução deste livro. Ou seja, o que se propõe aqui é ter uma abordagem arquivística em nossa gestão da informação diária. Pense, por exemplo, no e-mail. Sabemos que é um documento arquivístico, mas também sabemos que para trata-lo de fato como deve ser, no dia a dia corporativo, é muito difícil. Qual seria a abordagem arquivística neste caso? Obviamente, seria estabelecer uma forma de garantir a integridade da informação, envolvendo ou não o usuário, mas utilizando o potencial dos sistemas digitais, servidores e toda a parafernália digital disponível.

E a nuvem? Qual seria uma abordagem arquivística para garantir a boa utilização da informação na nuvem? Ter uma política de preservação e backup somente? Sabemos que há mais além disso. Uma política aceitável engloba outros pontos, se pensarmos arquivisticamente. Temos um campo de atuação e área científica, cujo objeto parece variar (documento, arquivo ou informação arquivística). Assim, o que nos espera, na aplicação pragmática, é a possível abordagem arquivística que podemos dar nesse emaranhado mundo da informação digital.

Nossa ação profissional precisa se tornar mais interdisciplinar. Logo vamos precisar criar, como profissionais da informação, a arquitetura de informação de um portal aplicando uma abordagem arquivística. Teremos de acompanhar uma comunidade de prática de gestão do conhecimento, mas tendo uma abordagem arquivística. A abordagem arquivística é um exercício de pensamento e atitude que tentamos cristalizar neste livro. Que assim seja!



I

Nosso primitivismo

Primeira seção do livro, onde são feitas algumas considerações quanto ao nosso primitivismo digital. Qual o papel do profissional da informação nesse mundo digital, de transição, e que tem a característica de apresentar à humanidade tudo que é novo? Algumas considerações quanto a tecnologia, economia e criatividade necessárias para resolver as questões do cotidiano e do futuro.

Busca-se tratar do entendimento quanto à realidade e soluções inovadoras para as questões cotidianas.

Textos dessa seção:

- Nós somos os primitivos digitais. Seremos lembrados no futuro?
- No primitivismo digital, somos todos arquivistas.
- Somos os Escribas digitais?
- Pensamento Arquivístico
- Memória Corporativa, tratamento da informação e plataformas digitais
- A economia criativa e o profissional da informação
- Inovação em plataformas digitais
- O mundo da informação digital e a arquivologia
- Solução tecnológica não é comprar novo software

Nós somos os primitivos digitais. Seremos lembrados no futuro?

Desde que os humanos deixaram de ser nômades e começaram a dominar as técnicas de plantio, busca-se registrar conhecimentos e repassar a outras gerações por meio de imagens – além da tradição oral – os conhecimentos absorvidos em relação à agricultura e à sobrevivência. Este fenômeno está registrado nas paredes das cavernas, materializado por meio da escrita rupestre. Depois, a escrita começou a aprimorar-se com os sumérios, antigos habitantes do sul da Mesopotâmia, e que necessitavam de um sistema para registrar suas relações comerciais, seja com outros povos ou entre si.

Daí surge a escrita cuneiforme, cuja tecnologia era a tablita de argila e a cunha, feita de taquara ou de metal para casos de escrita em pedras. Quase em paralelo aos sumérios, os egípcios também desenvolviam seu sistema próprio de escrita, dividido em dois: uma escrita focada no sagrado (os hieróglifos), específica para templos e faraós e outra mais popular, a demótica, que era utilizada em documentações correntes e relativa a direitos das pessoas comuns.

Mesmo na idade média, no obscurantismo, podemos observar que o conhecimento era restrito aos ambientes monásticos, porém as letras também eram restritas. Embora muitos aprendessem a decorar orações, poucos tinham a missão de escrever. O escriba medieval trabalhava com outra tecnologia, era o pergaminho, com tintas mais elaboradas e muitas vezes usava a pena para escrever.

A abertura do conhecimento devido ao iluminismo, que criou universidades e trouxe à tona o conhecimento humano, também gerou uma verdadeira revolução na escrita, a invenção dos tipos móveis (cada letra era uma placa de metal que juntas formavam uma página) possibilitou a cópia em larga escala de livros e jornais. Era a primeira explosão informacional, freada somente pela parcela de analfabetismo, que era bastante alta.

Agora, estamos na segunda explosão informacional, possibilitada pelo mundo digital onde cada letra é uma sequência de oito bits e a combinação dessas sequências formam palavras e frases, imagens e interação nas páginas dos plataformas digitais. É a tecnologia, assim como o barro e o pergaminho, que temos à nossa disposição. Falamos do mundo 2.0, com novos paradigmas de estruturação de informações, novos usuários que consomem e geram informações e novas relações entre pessoas.

Nesse mundo digital também surge a nova missão do escriba: agora ele é o escriba digital, responsável por garantir a preservação das informações digitais primitivas. Pois, as informações geradas hoje, depois de pouco mais de 20 anos após a popularização das tecnologias de informação e comunicação, são as informações primitivas. Para daqui a cem anos, seremos os primitivos digitais.

Essa missão do escriba digital, ou o que identifiquei em 2010 no Arquivista 2.0, é garantir que haja o tratamento e a preservação da informação digital primitiva. Para isso, não precisamos começar a falar em ASCII (bits). Mas, temos de saber como se dá a relação das pessoas com as informações digitais.

Contudo, uma possível Arquivologia 2.0 trataria da arquitetura de informação, da arquitetura de interface, sabendo a utilidade dos portais corporativos, da taxonomia e da folksonomia. Além do mais, como estas plataformas digitais auxiliam os processos de negócio das empresas? Como se dá a relação das plataformas digitais com as informações orgânicas? São questões que passam ao foco do Arquivista 2.0, responsável pelas informações digitais humanas primitivas.

A Arquivologia 2.0 traz em sua matriz a preocupação com a concepção das plataformas digitais e com as técnicas arquivísticas. Vamos preparar o futuro da informação primitiva, para garantir nossa história para as novas gerações. Por meio da arquitetura de informação, planejamento de portais corporativos e plataformas digitais, são delineados os caminhos possíveis para uma abordagem 2.0 no universo das informações arquivísticas digitais primitivas.



Costumo utilizar a imagem acima nas palestras sobre plataformas digitais, em sua maioria corporificadas em interfaces de portais corporativos. As características apresentadas mostram a variedade que a visão arquivística deve ter, tratando do Planejamento da Gestão da Informação Digital, dos documentos, workflows e e-mails, até os SIGAD (Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos), definindo as plataformas tecnológicas, as políticas e gestões de metadados e a taxonomia da estrutura de informações. Ou ainda, planejando plataformas digitais por meio da arquitetura de informação e arquitetura de interface, além de sua governança e adoção. Tudo o que fizermos em relação a isso terá efeito no que ficará para o nosso futuro.

No primitivismo digital, somos todos arquivistas.

Estamos na era do primitivismo digital. Tudo que fazemos agora terá um impacto nos registros que serão acessados no futuro. Porém, parte dessa história corre o perigo de se perder em sequências de bits, estruturadas em bytes sem leitura no futuro. É a obsolescência tecnológica. Para cuidar dela, usamos técnicas de preservação digital que poderão, daqui a alguns anos, ajudar nossos descendentes a entenderem os dias de hoje.

Acontece que a popularização de gadgets, de aparelhos que propiciam participar dessa era digital primitiva, nos torna grandes geradores de informação orgânica. Um exemplo? Tenho quase 4.000 fotos só no meu celular, mais de 15.000 em meu computador, mais de 1.300 no Instagram e 1.344 fotos no Facebook, tudo sendo acumulado de forma orgânica, mas não necessariamente organizadas. Não sou fotógrafo. Apenas registro meus momentos.

Chega uma hora em que você resolve apagar grande parte dessas fotos, até para poder ter um espaço maior na memória do seu gadget. Nesta hora, somos arquivistas. Neste momento, fazemos uma avaliação e eliminamos registros desnecessários (aquela foto que tremeu, aquela que você já não acha tão legal...). Aqui também fazemos a classificação dos documentos estabelecendo álbuns temáticos onde encontraremos, quando quisermos, aquela imagem específica.

Somos arquivistas de nós mesmos. Eliminamos as informações desnecessárias e organizamos as que consideramos importantes para a nossa própria história. Hoje, fazemos isso muito mais por uma questão de performance das nossas ferramentas. Quem sabe um dia nos daremos conta da necessidade de conviver com essa realidade. A partir de então, teremos cursos de como organizar arquivisticamente as fotos em seu dispositivo móvel, como o smartphone ou tablet.

E assim seguimos, deixando nosso rastro imagético nesse mundo de impressões registrados em zeros e uns.

Somos os Escribas digitais?

A escrita rupestre foi o registro primitivo humano, mesmo não havendo concordância até que ponto era comunicação ou arte. Apesar de não haver concordância geral quanto ao objetivo desses registros, fica claro que a transmissão de informação era importante já naquela época.

Não se tem clareza quanto à figura do produtor dos registros, mas podemos notar uma precisão quanto à técnica e manejo da tecnologia existente: tintas primitivas e pedras das cavernas. É o primeiro esforço da humanidade em registrar seu dia a dia.

A escrita começou a ser aprimorada com os sumérios, antigos habitantes do sul da Mesopotâmia, que necessitavam de um sistema para registrar suas relações comerciais, fosse com outros povos ou entre si. A escrita cuneiforme era sua tecnologia, feita em tablitas de argila. Nesse período, surgiram os primeiros escribas que, além de realizar os registros, também cuidavam do acervo de seu local de trabalho.

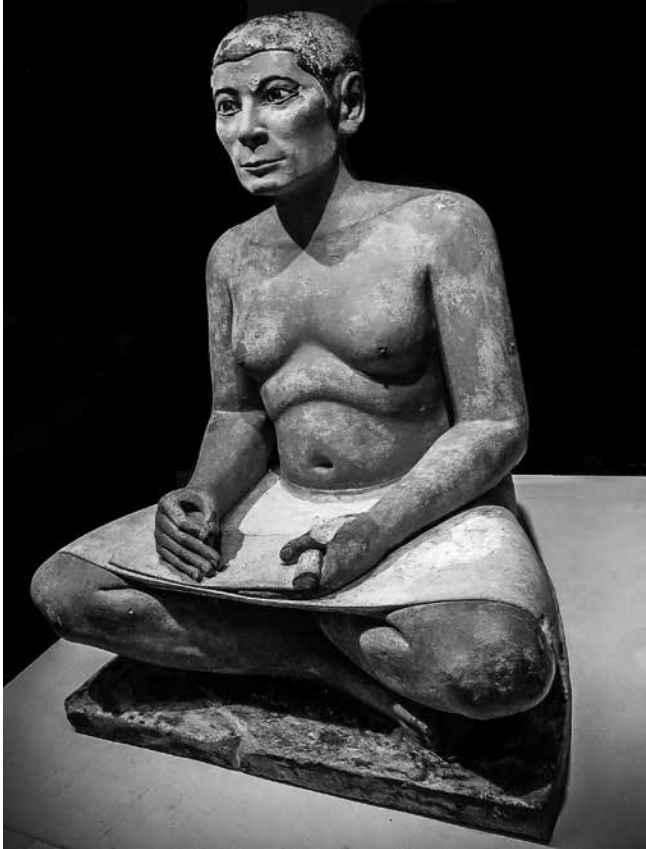
A escrita evoluiu com a divisão da escrita iconográfica do tipo hieróglifa e a demótica, já adotando símbolos para a representação de palavras. Aqui o uso já apoiava o funcionamento do estado e as relações de poder político e econômico.



O escriba do Egito e seus instrumentos de trabalho

Foto: Magerson Bilibio

Da mesma forma que os sumérios, os escribas egípcios eram respeitados por seu ofício e muitos eram próximos ao poder. Há casos de faraós que eram analfabetos e não dispensavam o serviço de um escriba, para deixar seu nome registrado na história. Os escribas egípcios já dominavam outra tecnologia: o papiro e as tintas. No Museu do Louvre em Paris existe uma famosa estátua chamada Escriba Sentado, que mostra a admiração da sociedade daquela época por quem desempenhava esta função, chegando a criar uma estátua para representá-lo.



Estátua do Escriba Sentado – Egito. Acervo do Museu do Louvre

Foto: Magerson Bilibio

A figura do escriba depois é absorvida pelas instituições religiosas na época medieval, era o escriba monástico, recluso a agremiações religiosas e com a missão de copiar a Bíblia para a manutenção do registro da palavra divina.

A invenção da prensa de tipo móvel por Gutemberg vem modificar a relação da humanidade com a informação, possibilitando pela primeira vez que a escrita pudesse ser reproduzida de forma múltipla e liberando o escriba do serviço de copiar. Neste momento ele passa a ser um gestor das informações e não mais seu continuador.

Pensamento Arquivístico

A arquivologia lida com informações orgânicas e vai além do documento – trata das informações geradas nas situações de relação entre pessoas e entre pessoas e instituições.

A arquivologia é uma ciência que até bem pouco tempo atrás estava numa gaveta, guardada. Ela surgiu como ciência junto à Revolução Francesa, porém há registro de suas aplicações já na época da escrita cuneiforme (algumas Tabletas de Nuzi eram instrumentos arquivísticos – indicavam onde determinado documento estava guardado).

Esta ciência surge agora como mais uma opção para tratar a informação em tempos de explosão informacional. Diria até como uma forte opção. Isso porque a arquivologia trata de informações orgânicas, ou seja, vai além do documento enquanto objeto ou artefato, trata das informações geradas nas situações de relação entre pessoas e entre pessoas e instituições. Ou como diziam: é a informação que é prova de alguma ação. Por isso ela é orgânica.

Seus princípios “arquivísticos” são adequados à realidade atual. Um deles é o da organicidade, que vimos anteriormente. Nas plataformas digitais, os fluxos informacionais espelham a estrutura, funções e atividades da instituição, em todos os contextos. E o gestor tem a sua disposição telas de gerenciamento desses fluxos (dashboards), com dados e métricas em relação a sua estrutura e funcionamento. Trata-se de um retrato real e orgânico do momento da instituição.

Um outro princípio é o chamado respeito ao fundo (ou princípio da proveniência) que destaca que uma informação sempre terá um pai (no caso o fundo arquivístico).

Em tempos de cloud computing (computação na nuvem), é mais do que adequado que uma informação tenha um pai, ou origem. Podemos ainda ver que este princípio da proveniência é aplicado diretamente ao conceito de portal, por exemplo, como plataforma unificadora de relações com os públicos externos e internos das empresas e instituições.

A cumulatividade (outro princípio arquivístico que afirma que um arquivo é a formação progressiva, natural e orgânica de informações) pode ser vista claramente por meio dos fluxos automatizados dos processos (workflows), acumulando seus registros em série e disponibilizando estes registros nos repositórios de conhecimento tácito ou explícito em todos os tipos de plataformas digitais. Esta formação é potencializada hoje com o uso de ambientes colaborativos nas intranets.

Quanto à unicidade, as informações são geradas de forma evolutiva e ao longo dos processos, isto é, na prática, na geração de dossiês e processos administrativos e empresariais. Ou não é um ponto de atenção evitar a duplicidade de informações em plataformas digitais? A informação é única, apesar da multiplicidade de seu uso.

Como podemos ver, a arquivologia é mais atual do que nunca. Pode mudar o seu foco, uma vez documento, agora informação. Mas podemos afirmar que o ponto de atenção hoje pode ser a informação humana digital e a sua perenidade junto à humanidade. Por isso ganha força a ideia da Arquivologia 2.0, incorporando aspectos de plataformas digitais colaborativas em sua matriz.

Memória Corporativa, tratamento da informação e plataformas digitais

A memória corporativa, no momento que age sobre o legado informacional da empresa, reunindo as informações críticas e estratégicas abaixo deste “guarda chuva”, garante a eficiência do acesso à informação, necessária para que o usuário atinja seus objetivos.

Ao arquivista, profissional da informação responsável pelas informações orgânicas, cabe garantir que o acesso à informação ocorrerá de forma eficiente e eficaz, agora na forma de legado digital. As formas de garantir este acesso se dão nas interfaces das plataformas digitais que, hoje no contexto pós-custodial da informação, é como o usuário pesquisa e utiliza estas informações.

As informações em suas devidas bases precisam ser tratadas por meio de indexação, tanto estrutural quanto temática. Estrutural é utilizando-se dos metadados, estruturados, adequados à sua finalidade e alinhados com alguma boa prática internacional, além da identificação da temporalidade e da estruturação (arranjo) por meio da classificação. Já o tratamento temático é por intermédio dos tesouros ou de lista de indexação.

Assim, o tratamento da informação é de fato sua classificação, sua aplicação estrutural. E estaremos, com isso, criando estruturas lógicas, adequadas ao exercício das funções das instituições e, também, ajudando o trabalho das plataformas de busca que utilizam inteligência artificial e que possuem funcionalidade como identificação de entidades, aplicação de aspectos linguísticos e estruturais às informações.

O tratamento da informação digital com uma abordagem arquivística mostra que é necessário a categorização temática, que para o usuário pode significar assertividade na busca da informação, com sua aplicação em páginas dinâmicas geradas instantaneamente conforme o termo buscado pelo usuário, além da navegação facetada construí-

da sobre a variação de temas. O resultado final é uma interface mais intuitiva, organizada por temas e não por uma definição somente estrutural da informação.

A Memória Corporativa atua tanto como ferramenta para a guarda e compartilhamento dos conhecimentos explícitos (documentos) ou implícitos, quanto na estruturação da informação para que as informações vinculadas aos objetivos estratégicos sejam identificadas, organizadas e descritas. É aplicável nos SAI – Sistemas de Arquivamento de Informações, vinculados a outros tipos de plataformas digitais.

Os arquivos e centros de memória não são relativos apenas à história, mas sim uma ponte dos conhecimentos individuais para o organizacional e vice-versa, que propicia o espiral de conhecimento e os movimentos de socialização e externalização, além de interiorização e combinação que compõem a Gestão do Conhecimento. Vale lembrar, estes centros de memória tratam a informação orgânica, resultado da interação entre pessoas e instituições.

A economia criativa e o profissional da informação

O produto do profissional da informação pertence à economia criativa, que usa os espaços coletivos como forma de mercado para sua produção e vê no indivíduo não uma mão de obra, mas um criador transformador de realidades.

Você já ouviu falar de economia criativa? Quem lançou o conceito foi o inglês John Howkins, autor do livro *The Creative Economy*. De uma forma geral, ele afirma que as pessoas da nova economia lucram com seus cérebros e não precisam de capital ou terra. Precisam usar sua criatividade. O conceito ganhou força na crise dos anos 2000, que teve seu ápice em 2008, com a queda do mercado financeiro.

A economia criativa é diferente da tradicional, aquela com modelo fordista e taylorista, da manufatura, agricultura e comércio. É uma nova visão de negócios que está surgindo e baseia-se em três pilares: a imaginação, a principal fonte de criatividade, a criatividade, que consiste em colocar a imaginação para trabalhar e a inovação, cujo significado é colocar as ideias em prática.

As empresas não devem mais operar com departamentos isolados, onde as pessoas só falam de suas especialidades. Empresas e instituições com forte controle, individualizadas e de grande ênfase na hierarquia não conseguem mais criar produtos e serviços inovadores.

Além do mais, as novas práticas sociais de compartilhamento estão impondo modelos abertos de criação e acesso a bens culturais, por exemplo. Esta mudança é inevitável, apesar da resistência das grandes empresas que têm desenvolvido todo um instrumental tecnológico e jurídico na tentativa de impedir esse fluxo novo do processo econômico.

Quando falamos em economia criativa, aplicamos esse conceito a pelo menos duas dimensões, sendo elas as atividades econômicas (ou ramo de atividades) e as ocupações (ou profissões).

Os arquivistas e profissionais da informação estão ligados profissionalmente com a economia criativa por conta de seu trabalho com patrimônio cultural, juntamente com as profissões “irmãs” biblioteconomia e museologia.

A FUNDAP, vinculada à Prefeitura de São Paulo, realizou no final de 2011 o estudo Economia Criativa na Cidade de São Paulo: Diagnóstico e Potencialidade, que traz o mapeamento completo dos trabalhadores em patrimônio cultural na cidade. Na pesquisa, eles criaram um capítulo especial para análise dos dados da área de patrimônio da economia criativa.

Como fica o tradicional no mercado criativo?

Existe um grande paradoxo nisso tudo. De uma forma geral, existe um vínculo dos arquivistas e profissionais da informação com instituições muito hierarquizadas ou vinculadas a estruturas estatais. De outra forma, nossa “mais valia” é intelectual, criativa. Esse é o ponto de equilíbrio a ser buscado: trabalhar com o patrimônio cultural, de forma criativa e inovadora, mesmo que em instituições que operem de forma tradicional. Usar nossa “mais valia” no tratamento das informações humanas, preservando bens culturais.

As empresas e instituições precisam ver novas formas de se estruturarem e possibilitarem o emprego da economia criativa em suas atividades; as novas gerações querem mais liberdade de trabalhar. Não é à toa que muitos negócios da economia criativa são tocados por profissionais que cansaram de trabalhar em empresas que ainda pensam dentro do quadrado. São empreendedores, profissionais com home office e que trabalham “por projeto” com seus clientes, tendo assim liberdade de atuação e de produção na economia criativa. É um mercado vem crescendo muito nos últimos anos.

Para os profissionais da informação, resta aceitar que seu produto é da nova economia, é da economia colaborativa, criativa, da informação e do conhecimento, que questiona os direitos autorais, que

usa os espaços da rede e coletivos como forma de mercado para sua produção, que vê no indivíduo não uma mão de obra, mas sim um criador, um transformador de realidades e um profissional que trata da informação como um bem econômico e cultural.

O que precisamos mudar em nosso comportamento para fazer parte da economia criativa?

Inovação em plataformas digitais

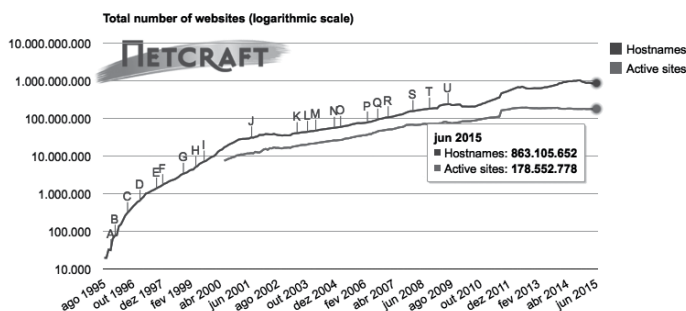
O uso das tecnologias de inovação aplicadas a plataformas digitais na internet é considerado um fator competitivo dentre as diversas plataformas existentes na web mundial. Por meio de ferramentas, metodologias e novas formas de interação, os sites que possuem tecnologias inovadoras permitem uma forma diferente de modelar, prototipar e fomentar processos, projetos, produtos e serviços, aprimorando o relacionamento com as pessoas que, com ele, interagem por meio de diversas plataformas, seja via computadores, tablets ou smartphones.

Os modelos de sites na internet possuem atualmente dois formatos: estáticos e dinâmicos – onde, em sua maioria, divergem entre layouts programados que facilitam o acesso do usuário, encontrados em sites de buscas, com fácil visualização e ferramentas de interação como redes sociais e leitores de e-mail.

A internet é tão dinâmica quanto o mercado e, no momento de planejar, desenvolver e fazer a manutenção do portal, é necessária a atenção para novas tecnologias que surgem constantemente e que ganham o mercado e o estilo de vida das pessoas, que interagem entre si, com empresas, organizações e saciam as suas necessidades conectadas à internet.

Conforme o comportamento adotado pelos usuários dessas tecnologias em uma região, a rede de pessoas conectadas do mundo off-line pode construir um grande espaço no mundo online, com um grande potencial de interação. Essa sociedade em rede é distribuída entre a população quando as cidades facilitam o acesso do usuário, seja via computador, tablets ou smartphones, com apoio de operadoras e empresas de telefonia, provedores de acesso e de todo um ecossistema que potencialize a inclusão digital local.

A internet passa por um momento de transformação onde o foco não é na marca ou na organização – não é no emissor do conteúdo – e sim no usuário que busca, por meio das plataformas digitais, experiências, informações e satisfação. A Internet das Coisas representa exatamente este foco, onde a experiência de ter interfaces em diferentes dispositivos é propiciada diretamente ao usuário. De acordo com o resultado divulgado pela NetCraft em abril de 2015, são quase 850 milhões de sites “endereços” existentes na web e quase 177 milhões de sites ativos na web. Nesse cenário, se diferenciam e ganham destaque aqueles que aplicam novas tecnologias de inovação.



Fonte: <http://news.netcraft.com/archives/2015/04/20/>

As pessoas estão cada vez mais conectadas e buscando novas experiências nas plataformas digitais, tanto as que proporcionam voz ativa aos usuários quanto as pequenas formas de interação e metodologias que integram o usuário, a informação, a marca e a sociedade. Esta é a forma de fortalecer as redes e gerar resultados significativos quem busca produtos, serviços e satisfação na experiência online.

O mundo da informação digital e a arquivologia

A web colaborativa reforça uma nova oferta de serviços online. Hoje, as informações podem ser encontradas em diversos ambientes institucionais, como nas instituições de ensino, empresas e governos.

Esse novo mundo 2.0 existe por intermédio da informação orgânica, registro da inteligência coletiva, das decisões das pessoas e instituições e do relacionamento profissional entre indivíduos. Estas são características das informações arquivísticas. É a prova da ação humana e o registro de suas atividades nos processos. O foco da Arquivologia 2.0 deixa de ser somente as organizações e passa ser a ação humana, via sistemas de informação, nessas organizações.

Tanto é fato, que a gestão do conhecimento corporativo (GC), por exemplo, registra hoje o que está acontecendo entre as pessoas nas empresas e entre estas e as próprias instituições. Este é o diferencial competitivo maior das empresas, as que registram o conhecimento são mais destacadas em inovação e são mais valorizadas no mercado e na sociedade.

O e-mail pode ser considerado, desde já, o documento mais importante nas empresas, pois é uma evidência sempre observada. Aliás, este passa a ser o desafio diário das empresas e dos profissionais da informação. Como incorporar o e-mail como um documento digital no universo corporativo? A colaboração corporativa, na qual indivíduos relacionam-se numa comunidade virtual, é hoje o destaque deste mercado corporativo.

O arquivista, profissional da informação e responsável pelos documentos e informações orgânicas de uma instituição, deve pensar na classificação e estruturação dessa informação, além da própria temporalidade, da preservação digital e do tamanho limitado dos servidores para registrar as informações.

Técnicas como o GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos) ou ECM (Enterprise Content Management), plataformas com os requisitos de suporte arquivístico a documentos eletrônicos; a classificação – que muitas vezes segue fluxos organizacionais; a temporalidade – o prazo que cada documento deve ficar sob custódia da instituição e a descrição arquivística – que é orientada por normas nacionais e internacionais, devem fazer parte da formação do profissional da informação.

Este novo profissional arquivista não pode ter medo da tecnologia. Ele deve dominar o vocabulário da área e entender as diferentes tecnologias da informação. Afinal, precisamos dela cada vez mais em nosso cotidiano, seja elaborando mecanismos de descrição arquivística, técnicas de localização de documentos ou até sistemas de registros de protocolo.

A tecnologia envolve a razão e isto é uma forma de conhecimento. E hoje não se vê mais a gestão do conhecimento, dos arquivos e de conteúdos sem a tecnologia. Aliás, sabe-se que estas gestões são implantadas somente por meio de sistemas que apoiam seu processo de geração, classificação, utilização e custódia. Afinal, a tecnologia, o conhecimento humano e a informação sempre andaram juntas.

Solução tecnológica não é comprar novo software

Perdemos muito tempo para entender o que era a informação digital para a área do arquivo corrente e permanente. Neste quesito os bibliotecários saíram na frente. Com a figura da Biblioteca Digital, passaram pela grande tempestade e hoje já se mostram como profissionais da informação aptos em gerenciar a informação digital de suas bibliotecas.

Não tivemos um ‘Arquivo Digital’ ou algo do gênero. Tivemos um tal de Repositório que, pelo nome (sujeito a trocadilhos), afasta mais do que agrega. Nada contra o português correto, mas, no Brasil, qualquer palavra de duplo sentido é um perigo. Perdemos muito tempo também com algo limitado e que não resolve os problemas de gestão, apesar da palavra gerenciamento fazer parte de seu nome. O GED era o sistema que salvaria a vida dos gestores de arquivos privados e públicos e que recebeu muito investimento nos anos 2000. Porém, se mostrou limitado. Face seu uso (imagens de documentos), face sua forma de gerenciar (uma visão de “biblioteca” de documentos ao invés dos princípios arquivísticos).

O GED embolou no meio do campo até que se deram conta que a informação orgânica ia além da imagem (a maioria em PDF) do documento. Assim, o mercado resolveu criar o ECM (Enterprise Content Management) que finalmente tratava todos os formatos de informação, aplicando uma visão integrada de gestão. Porém, esta não foi uma alternativa criada pelos profissionais de arquivo, foi mais uma solução dos órfãos do GED, cujos sistemas de gestão de imagens não dava mais conta do mundo corporativo.

Só recentemente, os arquivistas criaram a figura do SIGAD (Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos). Numa câmara técnica esforçada, que busca agilizar os entendimentos do mundo digital da informação, o CONARQ (Conselho Nacional dos

Arquivos, órgão vinculado ao Sistema Nacional de Arquivos do Brasil) assumiu o conceito de uma gestão arquivística em plataformas digitais, por intermédio da criação do E-Arq Brasil.

O mais interessante dessa criação é que não existe uma ferramenta única (até pode existir se for a opção do gestor), mas a condição para a existência do SIGAD é de fato a utilização de instrumentos de gestão antes mesmo de um sistema informatizado. “O sucesso do SIGAD dependerá fundamentalmente da implementação prévia de um programa de gestão arquivística de documentos.” é o que diz o E-Arq Brasil, quando fala no SIGAD.

Mais adiante, o mesmo E-Arq Brasil afirma que “O SIGAD é um conjunto de procedimentos e operações técnicas, característico do sistema de gestão arquivística de documentos processado por computador. Pode compreender um software particular, um determinado número de softwares integrados, adquiridos ou desenvolvidos por encomenda, ou uma combinação destes.”. Dessa forma, conseguimos entender que finalmente os arquivistas fizeram as pazes com a tecnologia, podemos pensar na gestão sem ter que comprar uma nova ferramenta tecnológica.

Então agora é bola pra frente, não é pessoal? Precisamos entender um pouco mais de alguns elementos importantes para definir o SIGAD, considerando que os instrumentos de gestão arquivísticos típicos (tabela de classificação, temporalidade, arranjo, etc) não sejam gargalos, ou seja, já existam na prática. Estamos falando das plataformas digitais que compõem este SIGAD e que este é um sistema desenvolvido para realizar as operações técnicas da gestão arquivística de documentos.

O ponto de partida é: como o SIGAD apresenta a gestão de documentos para o público e incorpora estas funções em sistemas já existentes. Aqui temos de lembrar que um documento passa a ser oficial após “captura” do sistema, ou seja, tenho que ter a possibilidade de ver este documento na hora que preciso e quando eu quiser. Na prática, portanto, temos um sistema capaz de capturar e iniciar o processo de “oficialização” do documento. Hoje, a maioria dos processos corporativos são realizados por meio de workflows (fluxos de

trabalho) vinculados às intranets. Aqui já podemos imaginar que um dos passos deste fluxo é o registro (a captura) no SIGAD.

A partir deste exemplo devemos imaginar que o SIGAD não deve ser pensado à parte dos sistemas existentes e utilizados. Cada vez mais ele deve estar vinculado às intranets, portais corporativos e sistemas ERP. O SIGAD tem a possibilidade de passar de um ambiente digital que possamos comprar (uma tela de gestão do “GED”) para ser ações arquivísticas integradas em plataformas digitais já existentes. Não podemos mais pensar em nossa gestão arquivística como um novo sistema, devemos imaginar os sistemas atuais agindo arquivisticamente. Assim, todo mundo pode por a mão no repositório e contribuir na prática para a gestão documental arquivística por intermédio de sistemas informatizados.



II

Mapas e estruturas

Nesta seção do livro trataremos de instrumentos não arquivísticos que podem ser utilizados por arquivistas e profissionais da informação no planejamento de ambientes digitais. Para a atuação deste profissional da informação 2.0, é exigida uma série de domínios que extrapolam as áreas comuns.

A estruturação da informação digital é apresentada por intermédio de recursos de navegação e de organização do conhecimento de forma acessível e, também, por meio da abordagem da informação orgânica e do comportamento arquivístico.

Textos dessa seção:

- Informação Digital (Arquivística?)
- O Arquivista como curador da Informação Digital
- A informação digital: além do scanner, para as interfaces
- Arquitetura da informação: portais e arquivistas 2.0
- A arquitetura da informação
- Do sitemap ao Infomap: a evolução da estrutura da informação
- Taxonomia e Inteligência Artificial (IA)
- Original papel, cópia e eletrônico

Informação Digital (Arquivística?)

Quando o Manifesto Arquivologia 2.0 foi lançado, destacávamos a necessidade de criar uma nova abordagem na arquivologia, que incorporasse os conceitos transdisciplinares tratados em gestão do conhecimento, arquitetura da informação, taxonomia, entre outros, por exemplo. Era um chamado para que aprofundássemos na academia o debate sobre as novas formas de gerenciar informações em ambientes corporativos, por meio de portais corporativos e intranets incorporando a realidade das informações digitais.

Acredito cada vez mais que o foco de trabalho do profissional da informação passa do documento físico (fim da era da encapsulação) para a gestão de informações orgânicas nas plataformas digitais, que dão suporte para a administração e futuramente para a pesquisa. Nesse sentido, os portais e intranets passam a ser uma nova arena de trabalho de arquivistas, pois é a eles que fluem as informações de tomadas de decisão e que registram as relações entre instituições e pessoas. São compostas por informações orgânicas, resultado das relações comuns às instituições. Mudou o meio (do papel para o digital), mas no final a relação funcional que gerou a informação é a mesma.

Do ponto de vista de evolução do objeto de trabalho e estudo, podemos ver que a arquivologia evoluiu da unidade documental (documento) para os arquivos (massa documental custodiada), passando a seguir para a informação orgânica e agora para a chamada informação arquivística. Mas o que é a informação arquivística? O que caracteriza a informação arquivística? É a informação encontrada em arquivos? Mas o que a diferencia da informação orgânica? A informação arquivística é a informação digital? Poderia dizer que informação arquivística no ambiente digital é o conjunto de dados e metadados ligados por sua gênese? Ela é uma informação gerada em ambientes digitais? Resultado de SIGAD?

Os processos corporativos continuam sendo os mesmos de 20 anos atrás, mas hoje os gerentes autorizam orçamentos por intermédio de uma interface digital, as áreas recebem demandas por e-mails e os diretores acompanham tudo por dashboards de sistemas de BI (Business Intelligence). Por que hoje o objeto é a informação arquivística? O que a difere da informação biblioteconômica? (se de fato os bibliotecários referem-se ao seu trabalho assim).

Segundo minhas pesquisas, o termo informação arquivística foi utilizado no Brasil por Lopes¹ em 2000, ela deriva da tradução de Archival Information utilizada fora do Brasil desde meados da década de 1980, mas que designa para eles a relação dos princípios arquivísticos e as informações. Tal qual a sua relação umbilical com o produtor; a sua originalidade, logo, a sua unicidade; a sua capacidade de ser avaliada em termos de idade e de utilização.

Também percebi que, dentre as particularidades da informação arquivística, ainda são assinaladas a natureza limitada dos seus suportes, a acumulação das informações – produzidas ou recebidas – por um indivíduo ou uma instituição, desde que sejam informações capazes de ter significação. E ainda aquelas que se referem às atividades geradoras da informação e o fato de ser a informação arquivística a primeira forma tomada por uma informação registrada, quando da sua criação. (Revista Archives, 1988 apud Lopes, 2000, p.103).

Logo, é como um mantra em japonês, onde duas palavras podem resumir um grande conceito. Acredito que a informação arquivística não é a informação do documento, é por si só a soma dos princípios arquivísticos representados nos valores da informação tanto para a gestão como para a história ou memória. Será mesmo?

Talvez, esperamos por demais o que vem de fora, não tropicalizamos e criamos muito conceitos. Acredito que o conceito de informação arquivística precisa ser claramente definido pela nossa comunidade brasileira para justificar o uso que está tendo. Este termo ainda não existe no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística.

1 Luis Carlos Lopes, autor brasileiro da área de arquivo.

O Arquivista como curador da Informação Digital

Um dos papéis de um curador da informação digital é gerenciar o conteúdo de plataformas digitais. A Gestão de Conteúdo, que nada mais é que o gerenciamento de informações, foca em captação, ajuste, distribuição e gerenciamento dos conteúdos para apoio ao processo de negócios (por meio de plataformas digitais e SIGAD) de toda a empresa ou instituição.

Esses conteúdos podem ser estruturados ou não, procedentes de diversos sistemas, como de imagem, Gerenciamento de Documentos (GD), bancos de dados, arquivos nos diretórios das máquinas dos colaboradores e de qualquer outro arquivo digital como som ou vídeo. É neste contexto que pode ocorrer a curadoria de conteúdo e a edição de conteúdo objetivando a publicação de uma informação nova. O objetivo é oferecer acesso a todos aos conteúdos da empresa por meio de uma interface única baseada em browser (navegador).

Para tanto, o curador digital precisa atentar para as funcionalidades essenciais de gestão de informações no ambiente digital:

- Gestão de usuários
- Criação, edição e armazenamento de conteúdo em formatos diversos (html, doc, pdf, etc)
- Uso de metadados
- Controle da qualidade de informação (workflow)
- Classificação, indexação e busca de conteúdo
- Gestão da interface com os usuários (arquitetura da informação)
- Gravação das ações executadas sobre o conteúdo

Além do mais, o arquivista, agora curador digital, deve participar e acompanhar o processo de planejamento da campanha de lançamento e sugerir ao departamento de marketing ou agência da instituição

ações participativas e estimulantes. Vale, por exemplo, concurso para escolher o mascote do portal, o nome de determinada área e, claro, o devido treinamento para utilização dos recursos do portal.

Não existe uma fórmula, mas para o arquivista, caracterizado como um profissional da informação e um curador digital, surge a possibilidade de integrar e comandar equipes em todas as fases do processo de implantação de plataformas digitais. O profissional da informação atua desde o estabelecimento da gestão documental, até o planejamento e levantamento das informações, no processo de implementação e na divulgação e estímulo ao uso da gestão do conhecimento nas corporações.

Os documentos nascem, são utilizados e extinguem-se no meio digital. Está na hora de encararmos isto, sem temer os avanços tecnológicos. Os sistemas de GD e GED fazem parte da realidade dos arquivistas, portanto, é necessário avançarmos mais um passo em direção a gestão do conteúdo e do conhecimento, dando o nosso “toque” de organização a estas plataformas digitais. Somos os curadores das informações digitais.

A informação digital: além do scanner, para as interfaces

As interfaces de plataformas digitais passam a tomar espaço na atenção dos profissionais da informação. São elas as substitutas da intermediação do acesso do usuário à informação. Pense no balcão que hoje separa o arquivista ou bibliotecário de seus usuários no arquivo ou em seu serviço de informação. Pois é, a interface é o novo balcão, por isso a preocupação para que o sistema seja bem feito, que as informações sejam bem processadas, indexadas, classificadas e aranjadas. A chave dos requisitos de negócio, neste caso, pertence ao profissional de informação.

No mundo 2.0, o usuário sabe a informação que deseja e vai atrás dela sem a interferência de outros humanos. Logo, aquele balcão que tanta preocupação e satisfação trazia para o profissional da informação não existirá mais, como hoje não existem mais a goma de mascar Ploc, as balas Soft e o video game da Atari.

Qual o verdadeiro foco da arquivologia: o documento, a informação, as massas documentais ou os arquivos de documentos acumulados?

Acredito que, além da informação digital extraída dos fundos e séries, o foco passa a ser, no mundo 2.0, a interface onde estão dispostas as informações orgânicas, geradas em tempos de explosão informacional, ou seja, isso tudo vai além do documento ou de uma massa documental. São as informações humanas geradas nas situações de relação entre as pessoas e entre estas e as instituições. E a interface é o grande momento de entrada ou saída da informação, além de ser a forma de geri-la.

Nas plataformas digitais, os fluxos informacionais ainda espelham a estrutura, funções e atividades da instituição, em todos os contextos. Por exemplo, temos à disposição da administração e dos gestores telas de gerenciamento desses fluxos informacionais (dashboards de Business Intelligence), com dados em tempo real e métricas em re-

lação a sua estrutura e funcionamento. Um retrato real e orgânico daquele momento da instituição.

Estas informações de gestão são entregues pelas interfaces das plataformas digitais. São as interfaces de portais e sites que congregam as informações de um SIGAD, de um GED, de um ECM, de uma intranet e de tantos outros sistemas gerenciais e informacionais. Conheci grandes corporações onde o portal traz, conforme o perfil de cada pessoa, as informações necessárias para o desempenho de suas atividades. Cada vez mais a máxima “a informação certa na hora certa” é uma realidade e isso se dá nas interfaces das plataformas digitais.

Obviamente, sabemos que por trás dessas plataformas digitais existem as informações orgânicas, que precisam ser classificadas, temporizadas, perfiladas e tratadas tecnicamente por profissionais da informação aptos e capacitados em tratar estas informações.

O que acredito é que esse profissional será mais completo no momento em que entender um pouco mais os assuntos da Arquivologia 2.0: metadados, preservação digital, arquitetura da informação, arquitetura de interface, sistemas digitais, entre outros temas, indo além em seu entendimento, das maravilhas que fazem um escâner com OCR.

Arquitetura da informação: portais e arquivistas 2.0

Com o avanço da tecnologia e as facilidades trazidas pela internet, principalmente com os portais, o conhecimento vence barreiras. Consequentemente, abrem-se novas oportunidades de negócio e de educação.

A informação, que gera o conhecimento somente quando relacionada a outros elementos como experiência, valores, informação contextual e intuição, necessita ser socializada, de amplo acesso e de fácil tratamento. As inovações tecnológicas, que incluem a possibilidade de trabalhar com streaming media, hiperlinks dinâmicos, governanças de conteúdo com variados níveis de permissão, geram novas frentes junto à rede, como educação a distância o teletrabalho, entre outros.

Os repositórios fazem parte dos portais de conhecimento, visto que os documentos digitais ali guardados são utilizados como fonte de informação. Os portais carregam, além de arquivos digitais, outras fontes de informação, explícitas ou implícitas. Eles são plataformas digitais de instituições ou grupos que usam técnicas de difusão e recolhimento de informações junto a seus públicos.

Esses portais podem ter seu conteúdo atualizado por administradores ou por todos os participantes do projeto, no estilo Wikipédia, onde o conhecimento é construído por meio do conteúdo compartilhado por qualquer interessado em contribuir com aquele(s) determinado(s) tema(s).

Essas ferramentas podem ser do tipo enquête, conteúdo dinâmico, blogs e fotologs, além de custodiar documentos orgânicos, como relatórios, notícias, memos, e instrumentos de comunicação como newsletters.



A arquitetura da informação

Arquitetos de informação geralmente desenvolvem rotinas próprias, muitas vezes baseadas em metodologias já existentes, desenvolvidas por outros arquitetos, para a concepção das estruturas e interfaces. Vemos que essas metodologias se aplicam na concepção dos mais variados ambientes: web comerciais (B2B, B2C, B2E), portais horizontais e verticais e os portais corporativos. A modulação de portais corporativos mostra-se cada vez mais como um campo especializado, por sua própria especificidade.

A expressão arquitetura da informação foi apresentada pelo arquiteto e desenhista gráfico Richard Saul Wurman, que se destacou por empregar excelentes gráficos nas apresentações das informações. O arquiteto Wurman, que cunhou o termo, diz que o arquiteto de informação é a pessoa que organiza os padrões que são inerentes aos dados, tornando o conjunto inteligível. Ela cria a estrutura ou mapa das informações que permite que outras pessoas achem seus caminhos pessoais até o conhecimento. Por fim, que o arquiteto de informação é a profissão que surge no século XXI, voltada para as necessidades desta época, e que tem como foco a clareza, a compreensão humana e a ciência da organização da informação.

Na época de Wurman, nem se pensava em internet. Os computadores eram mostrengos que processavam informação. Não existia o cenário de hoje, onde cada colaborador de uma instituição possui uma estação de trabalho, onde se relaciona com outros colaboradores e com o ambiente externo, sendo um produtor de documentos, informações e conhecimentos.

Com o advento da internet e das redes de comunicação locais (lans), este cenário aprofunda-se. Nesta nova forma de trabalho surgiram os portais. Estes precisam ser planejados, programados e abastecidos com informações, lembrando que as plataformas digitais são interfaces de

relacionamento com pessoas, sendo necessário, portanto, prever todo relacionamento informacional dos portais com os seus usuários.

Cabe constar que os arquivistas desenvolvem nos seus processos de descrição arquivística, de elaboração de instrumentos de pesquisa e na indexação de arquivos, um processo parecido com a arquitetura da informação. Na prática, ao estudar o produtor e o público que acessa os documentos, analisar todas as fontes de informação, os tipos, as mais importantes para o público, ao definir uma estrutura para arranjar os documentos e descrever seu acervo o arquivista está arquitetando a organização das informações de um arquivo.

No caso das plataformas digitais, os arquivistas podem analisar os públicos que irão acessar os portais e sites e organizar as informações de forma lógica. Agrupar as informações por área de interesse, portanto, é muito parecido com a classificação de grupos de documentos nos fundos, criando suas respectivas classes. Assim, organizar informações educacionais em um portal pela área de interesse é muito parecido com criar uma tabela de arranjo.

Do sitemap ao Infomap: a evolução da estrutura da informação

As alterações que o mundo digital passa já alcançam as próprias técnicas e definições deste universo. Num primeiro momento, quando os sites eram criados para tomarem espaço e garantir a presença das empresas nas teias da web, a arquitetura da informação entrava como um elemento de estruturação de conteúdo e de organização da informação. Porém, demorou até que a arquitetura da informação ocupasse o espaço devido e a atenção que necessitavam os projetos de plataformas digitais.

Esta competência já faz parte dos projetos de plataformas digitais e a própria profissão é a forma como muitos jovens se aproximam da realidade dos projetos e construção dos ambientes. Se antes a arquitetura da informação era objeto de evangelização, hoje ela é uma necessidade básica em qualquer ambiente digital que começa a ser estruturado.

Mas agora é hora de dar um passo adiante. A arquitetura da informação não é mais o diferencial nas plataformas digitais. Novas necessidades para entender e planejar as plataformas digitais ganham espaço. Os instrumentos colaborativos e a participação, também possível como evolução tecnológica, gera a necessidade de estruturação da Arquitetura de Participação.

A relação das pessoas com as informações das plataformas digitais estão modificadas. Se antes bastava um site com páginas fixas para conhecer as instituições e acessar o dado necessário, agora as informações são mais dinâmicas, existem fluxos de informação diferenciados e o conteúdo é transorganizacional. A disposição de conteúdos e informações é básica, pois temos a necessidade de planejar a relação entre usuários, entre conteúdos, entre perfis e entre conhecimentos.

Atualmente, a gestão do conhecimento se dá menos no discurso acadêmico e mais na prática, por intermédio das plataformas digitais. Os processos, conteúdos, perfis, regras e estruturas, precisam ser determinados nos mapas informacionais. De fato, o mapa do site dá espaço, agora, ao mapa informacional, ou “infomap”.

Este mapa mostra o fluxo do conhecimento, que ocorre nas instituições mais modernas. É este fluxo o objeto do Infomap. Nessa visão mais atualizada, os fluxos de informação seguem os fluxos dos conteúdos internos à empresa. Assim, todo contexto do conteúdo (ou seja, o que se sabe na empresa), a narrativa do conteúdo (de que forma tudo que é dito é registrado) e também todo o conteúdo (tudo o que é escrito na empresa), precisa ser elaborado, pensado e organizado nos infomaps.

Assim, podemos destacar que o Infomap é focado nos serviços de informação, no estabelecimento dos repositórios de conteúdo explícito, no uso corrente e arquivamento ou descarte da informação gerada e consumida nas instituições, além de possibilitar o tratamento de informações.

O Infomap possibilita uma visão da informação mais nítida, sua relação, sua estruturação e não mais como era anteriormente representada pelas caixinhas estanques da arquitetura da informação tradicional. Os fluxos, as relações das pessoas atrás desse fluxo, as estruturas de informação dizem mais respeito ao ponto atual do desenvolvimento de plataformas digitais.

A arquitetura da informação expande seus domínios e passa por uma reinvenção. Obviamente ainda existem mapas de sites, ainda mais se pensarmos nos ambientes como elemento de comunicação e menos como ambientes transacionais. Porém, no universo corporativo, com mais necessidades de ter a informação certa, na hora que se precisa, o papel das empresas de consultoria e de desenvolvimento vai além da caixinha e do “clique aqui”.

Taxonomia e Inteligência Artificial (IA)

Sistemas de indexação de uma forma em geral utilizam anéis de sinônimo para resolver problemas em entender o que o usuário quer na busca. Ou seja, será necessário que seja incluída na programação a variação das palavras por meio de um vocabulário. Se tenho uma loja de informática, obviamente que meu vocabulário terá palavras de informática, como laptop. Uma será a palavra oficialmente utilizada, as demais seguem lógicas linguísticas e de digitação.

Por exemplo: Lap top = laptop = laprop... Neste caso, também se trabalha com os sinônimos, compondo assim o chamado anel de sinônimos. O resultado é o famoso “Você Quis Dizer Isso_____”, recurso muito conhecido do Google. Ocorre que ferramentas de Inteligência Artificial (IA) ocupam cada vez mais espaço no mundo da informação e essas plataformas de tratamento de informação acabam incorporando este árduo trabalho dos anéis de sinônimos.

Hoje em dia também são utilizados separadores de palavras (tokenizadores) e lematizadores que executam análise linguística dos dados indexados e do texto completo. Plataformas de Inteligência Artificial como Autonomy ou Fast, só para citar duas, acabam incorporando outras funcionalidades linguísticas, deixando de fato para os anéis as relações de sinonímia. Por exemplo, lematização ou stemming, serve para reduzir uma palavra a sua própria raiz. Ele busca a conjugação do verbo e chega à matriz do termo. São tirados os plurais, os gêneros são arrumados, prefixos e sufixos são extraídos. Logo, cria-se um termo indexado e uma fila de variações de palavras que acabam indexando o conteúdo. Por exemplo, “executando”, “executou” e “executor” são várias formas do radical “execut”.

Outro recurso na questão da busca é em relação a linguagem humana e a linguagem de indexação. Entra em cena a lista de stopwords,

uma lista com palavras irrelevantes para efeito de indexação de documentos, como preposições, pronomes e artigos (o, a, é, um, dois, tu, tua, tudo, etc).

Isso tudo gera a tabela de termos indexada, que é utilizada na hora da busca para o cálculo da relevância. Mas isto já é o campo da tecnologia da informação aplicada.

Original papel, cópia e eletrônico

Um projeto de GED/ECM não é nenhuma novidade no mundo da TI e nem na gestão da informação, mas é importante destacar alguns pontos primordiais no processo de gerenciamento eletrônico de documentos.

O primeiro ponto é definir de fato o que é GED. A Gestão Eletrônica de Documentos incorpora o conceito de digitalização de documentos. Aqui o trabalho é de fato garantir que os documentos nascidos em papel passem a ter uma cópia digitalizada e que possa ser facilmente recuperada por meio da indexação (palavras-chave).

Este documento não tem valor legal (é uma cópia). Esta é uma forma de gerenciar, por intermédio de um ambiente digital, o acesso, a indexação, busca e consulta de um documento. Porém, se houver necessidade de prova o que vale legalmente é sua original impressa. É fato. Não se aventure em tentar diminuir a papelada, pois essa pode ser uma forma de levar as informações de sua instituição para a ilegalidade.

Pela lei dos documentos digitalizados, a Lei 12.682/02, será necessária que haja fé pública validando a digitalização, isto é, o uso de uma chave pública, assinatura digital, fornecida por cartórios. A única forma de digitalização válida hoje, onde você pode “rasgar o papel”, ou seja, eliminar o original, é a microfilmagem, que também possui uma série de regras que devem ser seguidas e também incorpora a ideia de validação por meio de fé.

Outro ponto primordial é não confundir o GED com a Gestão de Documentos Eletrônicos – GDE. Aqui falamos de documentos nato-digitaish², que incorporam elementos diferentes do GED e que são

2 Os documentos que são criados, tramitados, eliminados e/ou arquivados exclusivamente em meio digital.

estabelecidos internacionalmente pelo projeto InterPares (que buscam dar valor e a fidedignidade necessária para documentos digitais).

Esses elementos são, por exemplo, um bom tratamento e uso dos metadados, controle de versionamentos, autorias declaradas, trilhas de auditoria e assim por diante.

O GED então é a digitalização de documentos, válida para preservar documentação, agilizar o gerenciamento e ajudar a resolver os problemas do “big data”, porém não incorpora a ideia de fidedignidade necessária num documento como prova. Não se elimina um documento original por ter uma cópia digital. Já o GDE é a criação, uso e trâmite de documentos, processos e informações geradas nas atividades de uma empresa ou instituição por meio de ferramentas digitais, como intranets, portais e ferramentas de workflow.

Para o GED existem softwares que tecnicamente trazem conceitos arquivísticos e que não acabam com sua tranquilidade, inclusive existem alguns gratuitos muito bons, como por exemplo o DSpace, FEDORA, Eprints ou o Archivemática (baseado na norma internacional OAIS – Open Archival Information System/ISO 14.721).

Esses softwares seguem preceitos arquivísticos para gestão de documentos, inclusive os digitalizados. No Brasil, temos o modelo E-Arq Brasil, que traz requisitos para sistemas digitais de Gestão Arquivística de Documentos, elaborado pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos.

Se aparecer alguém na sua frente dizendo que vai acabar com o trâmite de papéis em sua empresa não acredite – isso é no mínimo leviano para não dizer irresponsável. O GED e os documentos digitalizados não substituem o documento original. Eles agilizam o fluxo informacional e otimizam a gestão da informação, mas ainda não substituem legalmente o original.

Para o GDE cabe dizer que você já trabalha com ele. É a rede interna de sua empresa, estruturada em diretório e pastas, por exemplo. É o sistema de workflow que gera passos, aprovações, possuem várias etapas e que finaliza uma decisão sempre documentada. Você pode ter um GDE também numa intranet ou portal, plataforma digital

onde, além de informações de comunicação empresarial e de alinhamento estratégico, possui diretórios de arquivos, documentos colaborativos, processos digitais e conhecimentos explícitos. Talvez seja importante analisar o uso dos metadados dessa massa documental já existente para melhorar o gerenciamento desses documentos nascidos digitalmente.

Inclua em seu projeto de implantação de GED esses elementos, assim você garante que não estará rasgando e colocando fora documentos oficiais e substituindo por cópias que podem ser manipuladas e que necessariamente não representam a realidade, ou pior, que não tenham valor legal.

Incorpore nesse processo de implantação de GED não só uma ferramenta e um processo de TI, mas também um profissional da informação, de preferência um arquivista, que faz bacharelado e é formado para garantir que futuramente não haja dor de cabeça em relação a seus documentos.



III

Ferramentas e tecnologias

Última seção do livro, abordaremos novas tecnologias, técnicas, metodologias e ferramentas utilizadas nas plataformas digitais e que podem, por intermédio de uma abordagem arquivística, serem empregados na estruturação da informação orgânica digital e na gestão informacional.

É uma visão da realidade onde a informação é trabalhada de forma ampla, em grandes volumes, ao que soma-se o trabalho diário de gestão do conhecimento e informação. As ferramentas 2.0 são abordadas de forma a mostrarem seu potencial para o gestor de informações digitais arquivísticas.

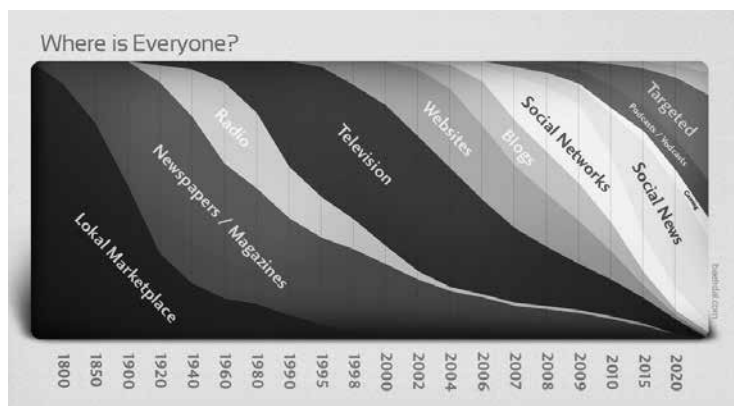
Textos dessa seção:

- Inovação tecnológica 2.0
- Big Data: você já não vive sem
- Gestão do conhecimento e do conteúdo
- Produção de conteúdo
- Política de mídia social
- Ferramentas na web
- Mídias Sociais
- Redes segmentadas
- Bancos de ideias
- Aplicativo para Smartphones

Inovação tecnológica 2.0

Considera-se inovação tecnológica a concepção de um novo produto, novo serviço ou novo processo, bem como a adição de novas funcionalidades ou características a produtos, serviços ou processo que signifique melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade ou produtividade, resultando numa maior competitividade no mercado.

A inovação tecnológica aplicada as plataformas digitais é realizada por meio de diversas ferramentas, metodologias e novas formas de relacionamento que permitem o diálogo entre o portal da instituição e o usuário. Dentre as mais variadas aplicações, vale ressaltar o uso das mídias sociais como novos canais de relacionamento, tanto para fluxos de conversação quanto para distribuição de conteúdo aberto, facilitando aplicações de recursos como o crowdsourcing (recursos colaborativos), crowdlearning (aprendizagem colaborativa), open source (código aberto), open data (dados abertos) e diversas outras que potencializam a disseminação do conhecimento.



Thomas Baekdal - Where is Everyone?

Fazer diferente é o lema da inovação. Para tal, a gestão da informação tem como desafio inovar por meio de testes com as novas tecnologias e ferramentas que ganham o gosto da população, indo além da simples distribuição de conteúdo realizada apenas por portais, mas abrangendo novas ferramentas como blogs, mídias sociais, notícias sociais, jogos, podcasts, webcasts e conteúdo direcionado (targeted) para o usuário. É uma nova era de conexão e de novos desafios ao profissional da informação que precisa incorporar estas inovações em seu processo de gestão informacional.

Big Data: você já não vive sem

Hoje, o grande trunfo da TI é sua capacidade de armazenamento de dados, processamento de informações e velocidade de transmissão, que são as bases do mercado contemporâneo.

O Big Data é um termo de mercado criado para o que chamamos de “explosão informacional” ou, segundo a IBM, para a “acelerada escala em que volumes cada vez maiores de dados são criados pela sociedade.” O absurdo dessa explosão é tanto que já falamos em petabytes e zetabytes de informações geradas todos os dias.

O princípio é o do caos. Estamos falando das informações que são resultado de tudo que fazemos e que acabam virando dados em um sistema de computador. A nota fiscal com CPF, a declaração para a Receita Federal, as atividades da empresa numa intranet, a chamada para um call center, uma compra online, tudo realizado via internet e muitas vezes declarado nas redes sociais.

Para entender melhor, segundo artigo da IBM, o Big Data tem uma fórmula simples para conceituá-lo.

Big Data = volume + variedade + velocidade + veracidade + valor.

Volume está claro. Geramos petabytes de dados a cada dia. O volume aumenta exponencialmente.

Variedade também, pois estes dados vêm de sistemas estruturados (hoje minoria) e não estruturados (a imensa maioria), gerados por e-mails, mídias sociais (Facebook, Twitter, YouTube, entre outros), documentos eletrônicos, apresentações estilo PowerPoint, mensagens instantâneas, sensores, etiquetas RFID, câmeras de vídeo, etc.

Velocidade, porque muitas vezes é necessário agir praticamente em tempo real sobre um imenso volume de dados, como em um controle automático de tráfego nas ruas ou tráfego aéreo.

Veracidade, porque precisamos ter certeza que os dados fazem sentido e são autênticos. Aqui a fidedignidade e autenticidade é que contam. Portanto o arquivista tem um papel primordial, afinal ele é o profissional que pode garantir este V.

Valor, porque é absolutamente necessário que a organização que implementa projetos de Big Data obtenha retorno destes investimentos.

Independente do nível de privacidade da informação (se pública ou restrita) o que importa é o que fazemos com esses dados. É aí que entra o papel do “cientista de dados” que é o profissional que irá cruzar essas informações e construir poderosas ferramentas de dados sobre pessoas e comportamentos. Missão para arquivistas e bibliotecários?

O cientista de dados analisa o todo e tira conclusões por meio de sistemas de consolidação de informações. Li um artigo sobre Big Data que diz:

“O uso do Big Data pode ser uma arma contra os problemas socioeconômicos (sic), onde ele é interpretado com clareza no filme “Moneyball” (O homem que virou o jogo), com o ator Brad Pitt, no

qual o gerente de um time de beisebol usa o Big Data para reunir um elenco de primeira linha sem gastar muito.” (Wikipedia).

Temos à disposição ferramentas básicas para lidar com o Big Data: datamining (mineração de dados), o BI (Business Intelligence) que é a ferramenta “per si” para Big Datas corporativos e outras ferramentas que ajudam a inteligência na análise dos dados. E de outro lado, como profissionais da informação que somos, podemos facilitar muito a coisa.

Se tivermos plataformas digitais que foram planejadas considerando a padronização de metadados, a taxonomia para indexação e observando os princípios de arquitetura da informação, o trabalho pode ser facilitado para todos. Estaremos estruturando um pedacinho desse todo chamado Big Data.

Gestão do conhecimento e do conteúdo

A gestão do conhecimento aplicada as plataformas digitais se responsabiliza não apenas pelas informações contidas em seus ambientes, mas também pelas contidas na rede off-line, isto é, no conhecimento tácito que precisa ser externalizado. Para garantir o fluxo de conteúdo e fortalecer uma rede sólida é necessário incentivar o compartilhamento em formato distribuído, garantindo o fluxo de conversação e troca de informações entre diversas pessoas e canais que possuem conhecimento acumulado. Estes, com habilidades e informações distintas, mas com interesses em comum, potencializam uma rede, disseminando ideias, produzindo e compartilhando conteúdo e construindo novos negócios e saberes.

Temos uma quantidade gigantesca de informações que passa a ser produzida e disseminada por meio de aparelhos celulares, tablets ou computadores, e pelas mídias sociais como Facebook ou blogs, ou por ferramentas de compartilhamento de arquivos como Dropbox ou Google Drive. A cada instante são criados arquivos de texto, vídeo, áudio e foto que facilitam a disseminação da informação, incentivando o movimento de multidões e fortalecendo o conhecimento numa sociedade conectada.

O conteúdo pode estar disponível nas plataformas digitais, mas a forma de comunicação e disseminação das informações deve estar alinhada às ferramentas aplicadas de acordo com tecnologias oferecidas e condizentes com objetivos estratégicos institucionais. Um exemplo disso é uma empresa que cria uma página no Facebook. Ao publicar novos produtos, serviços ou notícias em seu portal, ela deve, automaticamente, compartilhar as informações na página do Facebook. É a garantia do fluxo de informação que passa do portal para a ferramenta. O mesmo acontece de um portal para um blog, um podcast, um vídeo no YouTube, uma foto no Flickr ou qualquer outro tipo de conteúdo que conecte o propósito da organização e que é compartilhado nas ferramentas sociais. São registros institucionais e, portanto, arquivísticos. A institucionalização destes registros é o ponto central da atuação dos profissionais da informação.

Produção de conteúdo

A produção de conteúdo para plataformas digitais deve possuir uma linha de temas a serem abordados que, agrupados, estão relacionados com a proposta de valor da organização. No caso de um restaurante, por exemplo, a produção de conteúdo aborda temas sobre culinária, com fotos, receitas, vídeos das refeições sendo preparadas e demais assuntos que se relacionam com a proposta inicial do negócio. Da mesma forma a linha de conteúdo é aplicada em diversos modelos de negócio. Condiciona-se, assim, a geração da informação digital a um padrão institucional.

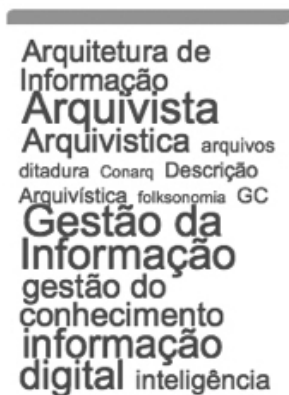
A instituição pode tanto produzir um conteúdo próprio quanto remixar conteúdos existentes na web, atentando-se aos direitos autorais de imagens, textos, artigos e vídeos, sempre apresentando a fonte do conteúdo inicial. No caso o melhor é optarmos pelo conteúdo Copyleft, que garante essa remixagem e a citação de origem.

Para garantir a produção de conteúdo, deve-se trabalhar junto a um profissional de comunicação, marketing ou jornalismo que irá investigar o mercado, as notícias que envolvem o ecossistema da organização, os eventos importantes da área, os novos produtos e serviços da marca, o alinhamento com o conteúdo do portal e ter noções básicas de mídias sociais para que, além de produzir conteúdo, garanta um fluxo de conversação por meio das diversas ferramentas adotadas pela organização.

O profissional de mídia social não só produz conteúdo para a organização, mas também é responsável pelo compartilhamento das publicações (feeding) em diversas ferramentas, além da manutenção, padronização de layout, comunicação, gerenciamento de conflitos das marcas e mensuração dos dados de acesso. Junto a este profissional, o arquivista vai planejar o fluxo integrado de informação e definir os processos de indexação e preservação.

Ao produzir conteúdo para a web 2.0, tanto para portais quanto para as outras ferramentas aplicadas, deve-se atentar a aplicação de palavras-chave (hashtags) nas publicações. São estes termos que irão determinar o aparecimento da marca-organização nos resultados de pesquisas na internet. É a forma como hoje são indexados os conteúdos online e criam uma espécie de âncora entre os textos, exercitando em sua potencialidade a ideia de hipertextualidade.

Utilizando uma padaria como exemplo de tagging em seus textos, fotos, vídeos e demais publicações, ela sempre irá colocar palavras que relacionem o conteúdo publicado com os temas que envolvem o negócio. São palavras-chave como: confeitaria, bolo de aniversário, pães quentinhos, panificadora, etc.



Palavras-chave (tags) identificam o conteúdo

Política de mídia social

Para aprimorar o trabalho realizado nas mídias sociais, as instituições precisam estabelecer políticas para que os responsáveis e colaboradores que tiverem acesso às publicações nos canais possam seguir a mesma forma de comunicação, com mesma linguagem, design, temas abordados, horários e conteúdos apresentados. É a criação de uma política de atuação em redes sociais, prevendo também o arquivamento e indexação das mensagens publicadas.

Um recurso muito utilizado é a criação de personas digitais. É definido um grupo de parâmetros que molda o conteúdo e determina qual a linguagem deve ser adotada. Para tanto, define-se para a persona a sua idade, quais os temas que aborda, quantas línguas fala e demais informações que traçam um perfil a ser atendido por um padrão de publicação.

Tanto o profissional de mídias sociais que produz e compartilha o conteúdo quanto os demais colaboradores da organização que possuem acesso aos canais para publicarem conteúdo, ficam alinhados à narrativa padrão. Assim define-se a geração de registros, condicionando a gênese de conteúdo (ou documental) a padrões definidos.

Além de estabelecer a narrativa da persona digital, a gestão de mídias sociais deve conter informações definidas sobre a linha de conteúdo que será abordada, tais como sites de referência para a instituição (sites de parceiros, fornecedores, concorrentes e outras organizações que envolvem o ecossistema do negócio).

Outro ponto importante é definir se a produção de conteúdo é própria ou se haverá uma mixagem (mashup) de conteúdo externo para publicar nos canais existentes. A produção própria exige mais tempo do profissional responsável para pesquisar, coletar dados e produzir um conteúdo exclusivo para a instituição. Existem diversos canais como portais ou outras ferramentas 2.0: blog, página no Facebook, Twitter, YouTube, SoundCloud, etc. Já a remixagem de conteúdo permite adaptar textos, vídeos ou fotos já publicadas na internet

(preferencialmente com uso de licença Creative Commons) para que possam ser compartilhados.

No processo de definição da política de redes sociais, após determinar a persona digital, a linha de conteúdo e a forma de produção e tratamento informacional, é necessário definir quais serão as ferramentas que estarão integradas com o portal, a periodicidade de publicações e responsabilidade dos profissionais que irão fazer as publicações e arquivamento.

Mapa de conteúdo Crítico			
<i>Meios</i>	<i>Quando?</i>	<i>O que?</i>	<i>Quem?</i>
Facebook	1x semana	Conteúdo	Equipe de Mídia Social
Twitter	5x semana	Remix/Conteúdo	Equipe
Portal	5x semana	Docs/Conteúdo	Equipe
Slideshare	Eventualmente	Docs	Equipe
Yahoo Respostas	2x mês	Conteúdo	Equipe de Mídia Social

Exemplo de controle de produção de conteúdo

Ferramentas na web

No intuito de potencializar a comunicação da organização e o fluxo de informação em uma plataforma digital, é necessário o uso de diversas ferramentas e aplicativos que podem ser integradas com o ambiente de gestão. Algumas ferramentas são consideradas também plataformas, como por exemplo, o Ning, um serviço que permite criar redes sociais específicas dentro dele, oferecendo diversas formas de integração. Outro exemplo de plataforma é um site de vendas de produtos onde o vendedor pode, junto com outros vendedores, oferecer seus produtos dentro do ambiente de comércio eletrônico, que já oferece ferramentas que facilitam a venda, como meios de pagamento, fácil acesso por login, credibilidade e segurança.

As ferramentas se dividem entre diversas propostas de valor, seja para se relacionar (redes de amigos), unir pessoas em comunidades específicas (temas da sociedade), vender (e-commerce), aprender (ensino a distância) e ensinar (crowdlearning), consumir conteúdo, co-criar (crowdsourcing), colaborar (crowdfunding e open data) e interagir com as propostas de entretenimento que diversos sites oferecem gratuitamente ou de forma paga aos usuários.

Na maioria dos casos, em suas fontes de receita, as ferramentas gratuitas utilizam em seus modelos de negócio a publicidade de anúncio, como o Facebook Ads, Google Adwords, banners dentro de plataformas, entre outros meios. Já outras oferecem uma proposta freemium, onde o usuário tem limitações dentro da versão gratuita e, se desejar aprimorar a sua experiência, basta pagar para ter acesso a versão completa da ferramenta.

Get it while it's hot!

	FREE	BEST DEAL PREMIUM	PREMIUM PLUS
	DOWNLOAD	BUY NOW	BUY NOW
24 Months	0,00€	49,99€ 99,98€	79,99€ 159,98€
12 Months	0,00€	29,99€ 49,99€	49,99€ 79,99€
1 Month	0,00€	4,99€	7,99€
Unlimited Bandwidth	No guarantee	Best value	Best value
Unlimited Traffic	24 / 7 * * Disconnect after 2 hours	24 / 7	24 / 7
Protocols	OpenVPN via Windows client	OpenVPN, L2TP/IPSec, PPTP	OpenVPN, L2TP/IPSec, PPTP
Simultaneous Connections	1 device	1 device	5 devices
Number of Servers	20	232	253
Connection	Automatically	Select option	Select option
VIP Servers	No	No	Yes
	DOWNLOAD	BUY NOW	BUY NOW

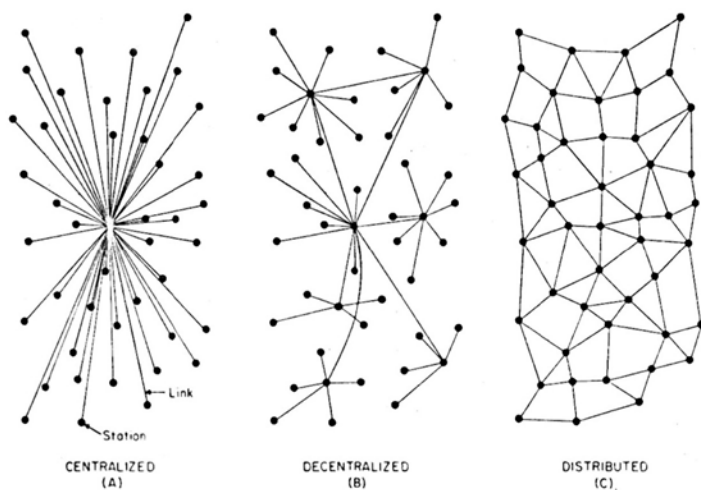
Exemplo freemium do hootsuite – dashboard para mídias sociais

A maioria das ferramentas de mídias sociais oferecem um serviço inteiramente grátis ao usuário, onde lucram, em seus modelos de negócio, por intermédio de anúncios realizados pelas empresas que são direcionados para cada usuário de acordo com as suas preferências. O Google e o Facebook trabalham com esse modelo e oferecem diversas ferramentas gratuitas que podem potencializar o posicionamento do portal na internet de uma forma diferente.

O profissional da informação deve observar as condições de cedência ou não de direitos autorais, cópias e segurança, além de estudar em cada um destes serviços o processo de institucionalização da informação, como que o conteúdo gerado nestes serviços externos e gratuitos pode ser internalizado pelo serviço de informação e torná-lo, portanto, uma fonte de informação orgânica.

Redes ou Mídias Sociais?

Mídias sociais não são redes sociais. Redes sociais são pessoas conectadas no mundo off-line, sem ferramentas, onde construíram laços de amizade e contato no decorrer de suas vidas, seja na família, na escola, no trabalho e na comunidade. As pessoas que se conhecem possuem laços, e esses laços definem se a rede é sólida ou não. Vide abaixo o gráfico sobre topologia de redes, criado por Paul Baran na década de 1950 e que resume as formas de estruturas de redes:



Topologias de rede – Paul Baran

Mídias sociais são as ferramentas da internet que permitem aos usuários se relacionarem entre si e com as marcas e organizações que estão presentes na web. Atualmente, as mídias sociais mais utilizadas são: Facebook, Twitter, blogs, Pinterest e diversos aplicativos para celulares (smartphones) que permitem a conexão.

Utilizando o conceito das redes sociais off-line de pessoas conectadas, as mídias sociais surgiram para potencializar o relacionamento entre redes já existentes de pessoas, facilitando a comunicação por meio de meios rápidos, baratos e lúdicos de comunicação.

O conceito “o2o” (online to off-line) é extremamente importante ao cruzar as redes sociais com as mídias sociais, traçando estratégias que abordem conteúdo e publicações relacionadas ao cotidiano da vida das pessoas na sociedade, no local e onde a marca ou organização atua.

Ao definir a política para mídias sociais é necessário levantar quais são as necessidades principais da instituição nesta atuação. É a partir dos objetivos principais que são definidas as melhores ferramentas para trabalhar na web 2.0 em conjunto com plataformas digitais.

Quais objetivos de sua instituição em mídias sociais?	
Prioridades	Marcar de 1 a 6 por importância
Valorizar marca	
Atendimento/ Relacionamento	
Diferenciação/ Comunicação	
Aumentar mercado e clientes	
Prestar serviço online	

Check-list para definição de uso de rede social

Crowdsourcing e Crowdlearning

Outras ferramentas na web permitem a marca ou organização realizarem processo de crowdsourcing e crowdlearning dentro de ambientes digitais da instituição. Tal fato modifica alguns parâmetros tradicionais de autoria e registro de informações.

O crowdsourcing é baseado na busca por dados na sociedade (ou mercado) que podem agregar valor para a instituição ou para uma pessoa. Para isto, abre-se informações institucionais para que se receba da comunidade novas ideias e soluções para determinados problemas. Existem diversas plataformas de co-criação que modificam os conceitos de produção, tanto informacional como de produtos de consumo, sendo uma realidade que deve ser confrontada pelos profissionais da informação e arquivistas.

As ações de crowdsourcing são realizadas com o apoio de diversas ferramentas de social media, definindo regras, premiações especiais (não necessariamente em dinheiro – atualmente possuem outras formas de premiações como badges, stickers e exposição do ganhador na mídia social), mecânica das publicações, tipos de conteúdo e outros fatores que permitem ao usuário colaborar com a marca, produzindo conteúdo em massa e, conseqüentemente, gerando fluxo, relevância e posicionamento para uma empresa ou instituição. Cabe deixar claras as regras de contribuição, autoria e de registro da participação social nestas ações.

Um exemplo é uma ação do período de natal, realizada por uma empresa que solicitou fotos de decoração natalina para os usuários participarem de um concurso. Em troca de um prêmio, os usuários postaram diversas fotos que contribuíram com a construção de um banco de imagens com a hashgtag (palavra-chave) da empresa, posicionando-a na internet e garantindo a relevância do conteúdo postado em suas redes. Este é uma forma de gerar conteúdo colaborativo e aproximar a empresa dos usuários.

Já o crowdlearning emprega diversas formas de aprendizado coletivo e colaborativo. Existem sites que permitem aos usuários interagirem entre si para trocar informações importantes sobre determinado assunto, na maioria das vezes com enfoque acadêmico e voltado para temas específicos.

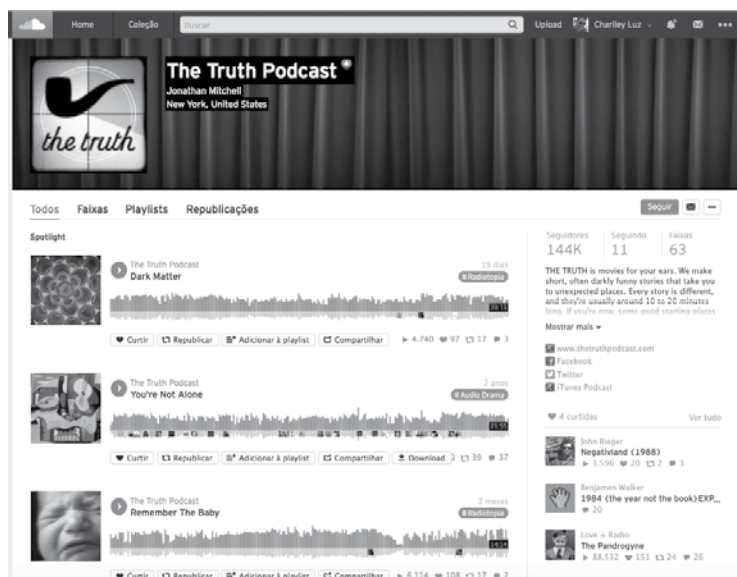
Além de englobar setores acadêmicos de instituições de ensino, alunos e professores, o crowdlearning possibilita que as pessoas aprendam com apoio da dinâmica de jogos, com premiações (como no crowdsourcing), pontos, badges e são destacadas como “melhores professores”, “melhor colaborador”, etc. Este tipo de recurso incentiva os usuários a fazerem parte de um ambiente de crowdlearning.

O crowdlearning pode ser aplicado de diversas maneiras, uma delas é pelo uso das mídias sociais (Facebook, Twitter, Instagram, etc), utilizando hashtags e incentivando o fluxo de conversação em cima de algum tema específico, com o objetivo de coletar dados, possibilitar o aprendizado mútuo e o compartilhamento do conhecimento. É um novo elemento importante na gestão do conhecimento.

Além das mídias sociais, algumas plataformas digitais possuem suas próprias páginas ou ambientes de aprendizagem colaborativa que permitem a aplicação do crowdlearning entre os colaboradores e usuários. Estes ambientes geram registros orgânicos e perenizam o conhecimento tácito através da participação e interação social.

Podcasts e webcasts

Diversos usuários e instituições pelo mundo já adotaram o podcast como forma de registrar e disseminar o conhecimento. Uma das ferramentas utilizadas, por exemplo, é o SoundCloud. O serviço permite que o usuário grave conversas, bate-papos e entrevistas que pode ser escutado no computador, em telefones celulares, tablets ou tocadores de mp3. É possível ouvir os programas por meio de um aplicativo que também possibilita a gravação, edição e publicação de um podcast direto do celular.



The Truth Podcast – um colaborador dissemina notícias e informações sobre NY

A criação de registros fonográficos aumenta consideravelmente e acaba sendo um desafio aos profissionais da informação. Se de um lado temos ferramentas que facilitam, o registro de conhecimento e informações, de outro os desafios são crescentes.

Caso haja pessoas dispostas a gravarem entrevistas, bate-papos ou demais informações relevantes sobre temas específicos relacionados a empresa ou instituição, a ferramenta permite publicar o player do podcast direto no site, por meio de um código html.

oxford internet institute: webcast
university of oxford

Home Search Browse Categories Help/FAQ

Welcome to the OII webcasts

Here you will find webcasts of the Internet pioneers, scholars and regulators who have spoken at the Oxford Internet Institute, covering areas such as: social media, internet regulation, safety and security online, e-government and democracy, civil society, open access, e-learning, citizen journalism, and the future of the Internet itself. You can browse all webcasts, search, or browse by category.

To view the embedded webcasts you will need Adobe Flash Player and Javascript enabled in your browser, but we also offer downloadable formats such as MP4, for which we recommend QuickTime 7 or VLC Player. If you have any queries about our webcasts, you can check the FAQs, find out how to link to a webcast, or email: webcast@oi.ox.ac.uk

Who we are:
The Oxford Internet Institute is a department of the University of Oxford, and a leading world centre for the multidisciplinary study of the Internet and society.

Just Released

Breakthroughs or breakdowns ahead? Is internet research immune to the decline effect?
We are happy to have James C. Coyne, the 2015 Carnegie Centenary Visiting Professor at University of Stirling at OII.

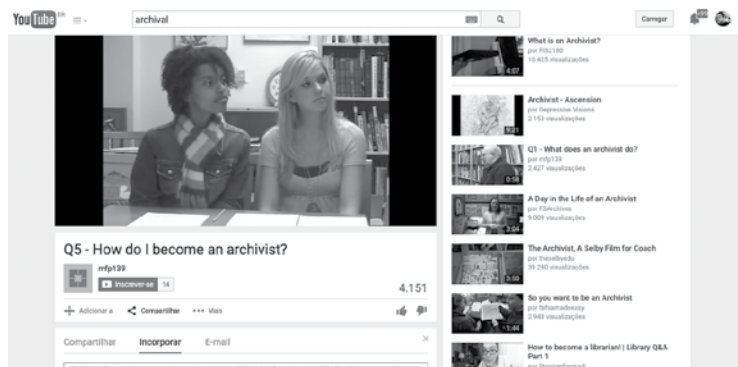
Connected Life 2015: Introduction and Keynote
Daniele Quercia's keynote talk for the Connected Life conference 2015.

Tom Standage: What can history tell us about the future of the internet?
Acclaimed author, technology writer and Deputy Editor of the Economist Tom Standage will share his interest the antecedents of the internet in conversation with Vicki Nash.

Webcast da Oxford University – compartilhando conhecimento em vídeo

Os webcasts seguem no mesmo conceito dos podcasts só que em vídeo. Ferramentas como o YouTube e hangout do Google permitem a gravação e publicação de eventos, entrevistas, aulas, seminários e bate-papos. Nunca foi tão fácil registrar o cotidiano institucional.

Existem diversas ferramentas gratuitas que permitem a gravação, edição e compartilhamento de conteúdo audiovisual facilmente. E, assim como os podcasts, os webcasts também podem ser colocados, via código html, em uma página aberta no portal da empresa ou instituição.



Embed do YouTube – permite compartilhar o conteúdo dentro do portal

Cabe ao profissional da informação manter um mapeamento completo destes registros colaborativos e institucionais, possibilitando (com o uso de hashtags) sua recuperação e uso. E, assim como as mídias sociais, realizar a cópia destes registros que devem ser institucionalizadas, para garantir que estas informações sejam preservadas.

Bancos de ideias

Os bancos de ideias fazem parte da tecnologia de crowdsourcing, onde a organização pode, por meio do próprio portal, abrir uma página para receber ideias dos usuários que queiram colaborar de alguma forma com o sua instituição. A aplicação de um banco de ideias pode ser realizada por meio de uma página aberta, com exposição de todas as informações e espaço para que novas ideias possam ser incluídas pelos usuários.

Um exemplo de ferramenta simples e gratuita que pode ser implementada em portais é o formulário do Google, criado por meio do Google Drive. Nele é permitido abrir caixas com perguntas e espaço para respostas, onde é possível coletar diversas ideias dos usuários para, então, formar um banco de ideias único, possibilitando a organização possuir informações relevantes que irão colaborar com a proposta de valor e o modelo de negócio da empresa.

A internet possibilita que as pessoas colaborem com a solução de problemas em qualquer parte do mundo, onde estiverem. A institucionalização do conhecimento gerado é ponto de atenção ao se planejar ambientes colaborativos como este.

Integração do offline com o online

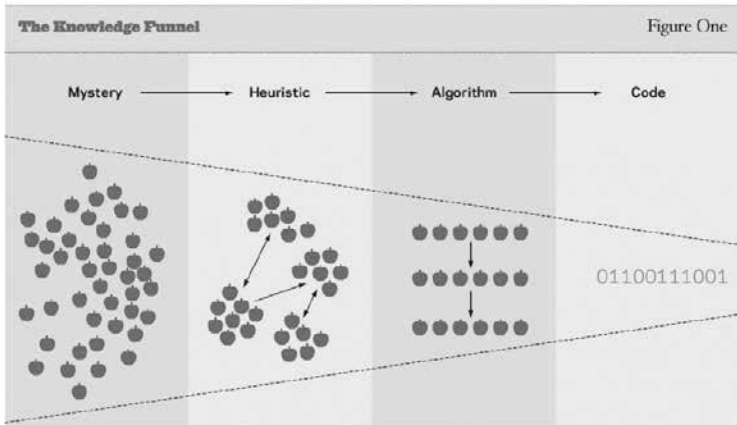
Deve ser praxe de extrema importância alinhar os eventos off-line com as ações online de uma instituição. Por exemplo: para um evento social, é importante que o profissional responsável pela cobertura do evento possa rapidamente publicar o conteúdo produzido (fotos, vídeos e textos) nos diversos canais da web e mídias sociais da instituição. A partir daí fica garantido o engajamento entre o público que está no evento (off-line) e o público que está acompanhando pela web (online).

O uso de hashtags (#) propicia uma maior visibilidade e engajamento das pessoas que estiveram presentes nos eventos, pois após o primeiro contato com a organização, elas têm a possibilidade de continuar o fluxo de informação e troca de conhecimento por meio das mídias sociais e diversas outras ferramentas que a web proporciona.

Nestes eventos presenciais, ou em serviços de informação, também podem ser aplicadas metodologias de negócios para incentivar o compartilhamento do conhecimento. Algumas delas, que incentivam a interação, a inovação e a geração de novos modelos, são: **Business Model Generation (Canvas)**, **Design Thinking** e **Elevator Pitch**.

O Business Model Generation é uma metodologia que permite que uma pessoa ou um grupo de pessoas possam prototipar uma ideia ou um negócio já estabelecido por meio de um quadro visual (canvas) contendo nove blocos que separam o negócio. A metodologia incentiva a interação e a troca de conhecimento de forma lúdica e eficaz, permitindo que os setores do negócio possam, de certa forma, serem modificados por todos os envolvidos no modelo de negócio. A metodologia pode ser aplicada pela equipe responsável pelos ambientes digitais da organização. É uma metodologia aplicável para serviços de informação (arquivos e bibliotecas) para a criação de produtos de informação.

Já o Design Thinking é um método prático e criativo de solução de problemas ou questões, com vistas a um resultado futuro. De uma visão estratégica, o design thinking visa abrir o conteúdo que a organização possui com as pessoas envolvidas, agrupá-los em conhecimento e capacidades específicas, gerar novas ideias, novos negócios, prototipar, criar e fazer acontecer.



MARTIN (2009), “The design of business: why design thinking is the next competitive advantage”

Mas de nada valem as ideias e projetos se eles não são bem apresentadas. Por isso surgiu um novo termo que ganhou o mundo dos negócios: elevator pitch. É um método no qual uma pessoa apresenta uma ideia de forma resumida e enxuta a ponto de conquistar um investidor em um elevador dentro de trinta segundos.

O elevator pitch considera os fatores mais importantes do negócio na hora da apresentação e é acompanhado de poucos materiais, como slides ou áudio, pois o seu foco é apresentar a ideia no mínimo de tempo possível.

O elevator pitch se alastrou no mundo dos negócios e também poderia ser empregado nos serviços de informação, garantindo que as informações sejam comunicadas de forma rápida e corretas. Reuniões podem ser otimizadas se forem realizadas no espírito do Elevator Pitch.

Gadgets

Gadget é o nome dado aos aparelhos (hardwares) da vida tecnológica. Computadores, notebooks, tablets e smartphones estão na lista. Eles fazem parte da nova era da informação pois são ferramentas que possibilitam o compartilhamento de informações de uma forma cada vez mais rápida e eficaz.

Atualmente pessoas no mundo todo adotam novos gadgets ao seu estilo de vida, fazendo com que o tablet, como Galaxy Tab ou iPad, passe a fazer parte da sua vida todas as noites, seja para ler um livro, acessar um site ou qualquer outro tipo de entretenimento e funcionalidade. Além de relacionar de forma inovadora a força de trabalho com as instituições.

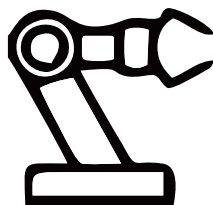
O cenário muda constantemente e os gadgets têm evoluído muito em vários conceitos. As empresas que produzem esses aparelhos também lançam novas versões (atualizações) de softwares, que aprimoram a usabilidade com as necessidades do ser humano.

Para acompanhar esse cenário é importante que as interfaces de plataformas digitais garantam a acessibilidade dos usuários por meio dos smartphones e tablets. Assim, é garantido o acesso às informações, o relacionamento direto entre canais e fluxos de informação, que são possibilitadas por esses meios. O uso de interfaces responsivas, que se adequam ao navegador é uma boa opção na maioria das vezes e sempre indico nas aulas de arquitetura da informação que ministro.

Aplicativo para Smartphones

Existem diversos aplicativos que foram criados especificamente para smartphones. Eles permitem que as pessoas conversem entre si, publiquem fotos, vídeos, compartilhem locais, escrevam dicas sobre estabelecimentos e disseminem o conhecimento de diversas maneiras.

A gestão documental hoje pode ocorrer num celular. Existem diversos serviços de workflow que demandam aprovações de gestores e são realizados via aplicativos em seus celulares. Com o celular é possível escanear um documento para visualização (a resolução geralmente é para leitura), por exemplo. Tais aplicativos, com funcionalidades que entregam experiência, produtos e serviços, suprem as necessidades das pessoas (e portanto das instituições) diretamente pelo celular.



Uga uga

Minhas divagações juvenis escritas em arquivo Carta Certa³ talvez nunca sejam lidas novamente. Entre o cartão perfurado e o disquete de 3 e 1/4 temos uma história que se foi. Muitos sites já fecharam, o Geocities (que durou até 26 de outubro de 2009) por exemplo, tinha a memória de todo o início da web comercial. Agrupava assuntos por cidades, uma proposta de classificação inovadora para os já distantes anos 90.

Logo após a web comercial ter dado certo, a informação digital tomou de assalto as instituições, empresas e governos, gerando um novo tipo de relação entre usuários e informações, por intermédio dos portais corporativos (ou plataformas digitais). A partir disso, desenvolveu-se a gestão do conhecimento e da informação, abrindo nova seara de trabalho para os profissionais da informação.

Seguindo isso, temos a realidade 2.0 trazendo a colaboração e o ambiente social impactando no processo de recuperação e geração da informação. A abordagem arquivística é de que as informações orgânicas são agora geradas nos processos de negócios, numa nova forma de fazer as atividades, englobando a realidade digital.

3 Software editor de textos precursor ao Word da Microsoft.

Os portais hoje comportam tanto as manifestações colaborativas quanto as normativas, indo das comunidades de prática até os sistemas de gestão documental. Atualmente as plataformas digitais são as zonas de atuação dos primitivos digitais. Cabe a nós, profissionais da informação, ter claro o processo de geração e tratamento do conteúdo gerado nas atividades das instituições. É a nossa realidade arquivística, agora amplamente potencializada pela informação digital e pelas tecnologias de acesso.

Conseguimos entender as ferramentas utilizadas e ter clareza a respeito dos processos digitais e da estruturação e preservação observando a realidade das instituições. A consciência de que somos os primitivos digitais precisa ser lembrada. Ainda não conseguimos implantar de forma adequada a preservação digital. A informação em sua gênese pode ser tratada e a abordagem arquivística é cada vez mais necessária.

Com isso, é importante saber que o que fazemos tem impacto na história a ser escrita. Afinal, definimos o que será preservado e o que será descartado; nisso interage nossa missão como profissionais da informação e nosso papel de interesse na humanidade. Por isso, todo o conteúdo aqui apresentado é um esforço para que, mesmo sendo primitivos digitais, consigamos prospectar um futuro arquivístico para nossa informação. Para esta missão a abordagem arquivística é mais do que necessária.

O futuro

Porque em breve teremos novos desafios que parecem saídos das páginas de ficção científica. Logo deveremos pensar nas revoluções causadas pela impressão 3D, que pode alterar completamente o modo de produção e acesso a mercadorias; pela internet das coisas, que irá conectar todos os dispositivos em rede, e que precisa ter uma ótima estrutura de web semântica para dar certo; pela ubiquidade e o ciborguismo, que são informações em interfaces corpóreas (sim, haverá implantes no corpo humano para facilitar o acesso e a conexão com redes e informações); e pela informática quântica, que altera os protocolos de criptografia e processamento de informação.

O cenário para os próximos anos é desafiador e uma abordagem arquivística pode determinar a forma como todas estas informações poderão ser tratadas, registradas e disponibilizadas. Neste ponto da história onde a tecnologia e a conexão em rede estarão praticamente invisíveis, permeando cada um dos nossos passos e troca de informações, deixaremos de ser primitivos digitais. Seremos exploradores de novas realidades. O que ficou de registro desta era primitiva, só os arquivistas poderão dizer.

Posfácio

Escrita rupestre em telas touchscreen

Mais uma vez, Charley Luz nos brinda com um texto ágil, coerente e ousado que busca ampliar a visão dos profissionais sobre a ação dos arquivistas no mundo digital globalizado. Seu novo trabalho, com o sugestivo título de “Primitivos Digitais: uma abordagem arquivística”, é claramente uma continuidade e uma evolução do pensamento iniciado com “Arquivologia 2.0: a informação digital humana”, que tive o prazer de prefaciar.

Nessa nova empreitada, Charley Luz procura nos levar a questões não aprofundadas no texto anterior, além de ampliar um pouco mais suas abordagens iniciais. Não por coincidência esse livro está dividido em três partes: Nosso primitivismo, Mapas e Estruturas e Ferramentas e Tecnologias. É claramente uma abordagem do geral para o específico. Primeiro trazendo informações gerais que, aos poucos, vão se configurando e estruturas de pensamento e, finalmente, se modelando por meio das tecnologias à disposição (e ao confronto) dos profissionais da informação.

A despeito de Charley comumente registrar “arquivistas e demais profissionais da informação”, direciono meus comentários aos arquivistas,

profissionais da informação com cuja atuação estou mais familiarizado. Confio, contudo, que meus comentários são, com pouca ou nenhuma adequação, aplicáveis a quaisquer profissionais da informação.

Em “nosso primitivismo”, Charley demonstra sua visão da sociedade da informação, discorrendo sobre o papel dos cidadãos conectados e o necessário investimento na formação dos arquivistas para lidar com esse novo mundo. Lembra-nos algo que a academia vem defendendo já há algum tempo, mas que não vem se refletindo na prática cotidiana de trabalho, a interação entre as diversas áreas do conhecimento em busca de um bem comum e da solução de demandas informacionais. O autor propõe efetiva interdisciplinaridade com áreas como arquitetura da informação, gestão do conhecimento, aplicação de conceitos como economia criativa, entre outros. Ressalta ainda que, surpreendentemente para alguns, as novas tecnologias não estão levando a profissão arquivista ao desaparecimento. Muito ao contrário, “no primitivismo digital, somos todos arquivistas”.

Acredito que, diferente do que possa parecer aos leitores não familiarizados com os escritos de Charley, isso nada tem a ver uma possível afirmação de que a Arquivística é uma área sem grandes questões epistemológicas ou que é constituída por uma teoria fraca, afinal, qualquer um poderia ser um arquivista. Na realidade, é a chamada para o fato de que, mesmo nas atividades mais comuns - como fotografar eventos e pessoas com câmera de telefone celular -, as pessoas começam a perceber que pode perder sua memória pessoal, caso não gerencie adequadamente seus documentos.

É um pensar arquivístico, uma abordagem que, mesmo que os produtores documentais não saibam, valoriza a profissão que, muitas vezes, até desconhecem.

Nesta abordagem inicial, Charley tece analogias bastante adequadas sobre a adoção de conceitos arquivísticos consagrados, como organicidade, proveniência, cumulatividade e unicidade, demonstrando que, em muitos casos, não há necessidade de renovação, senão a aplicação coerente do conhecimento arquivístico consagrado. Tece, ainda, em passant, um panorama sobre o uso das tecnologias para gestão de documentos digitais arquivísticos, permitindo evidenciar que isso

não é novidade. A novidade recai na participação dos arquivistas na definição dos requisitos para o desenvolvimento dessas tecnologias.

Na seção “Mapas e estruturas”, Charley Luz aborda a atuação do arquivista num contexto 2.0, adjetivando-o como “curador digital”. Inicialmente retoma a questão da relação entre as disciplinas, de forma transdisciplinar, afinal, novos instrumentos são necessários para a gestão da informação no mundo digital. Algumas delas fora do domínio comum da arquivística. Neste âmbito retoma discussões sobre os interesses arquivísticos vinculados a, dentre outros, arquitetura de interface, taxonomias, gestão de conteúdos, streaming media, hiperlinks dinâmicos, arquitetura de participação e inteligência artificial.

O autor permanece com seu firme propósito de colocar contra a parede alguns dogmas naturalizados da área. Assim não se furta em discutir a “informação arquivística”, propondo uma definição que, certamente, provocará discussões calorosas – muito embora o autor deixe claro sua crença na necessidade de se buscar uma definição mais clara no país.

Os portais e intranets passam a se constituir de um novo campo de ação dos arquivistas, mas, comparativamente a realidade recente, a que se referem? Documento, informação, massas documentais ou arquivos? O autor considera que vão além do documento, das massas documentais e dos arquivos! São informações que demandam interfaces para o acesso de um usuário que não tem qualquer interesse em saber que profissional permitiu que sua busca fosse frutífera, adequada e tempestiva. Todavia, é evidente que, conforme registra o autor, essas informações ainda carecem de tratamento arquivístico.

Ao retomar as relações da arquivística com a arquitetura da informação, o autor esclarece que vários processos arquivísticos possuem similaridades com aquela área. Observa que as ações do arquivista ao buscar entender o contexto de produção dos documentos, descrevê-los e arranjos intelectualmente, está “arquitetando a organização das informações de um arquivo”.

Concluindo a segunda seção do livro, Charley faz uma digressão pontual sobre GED, GDE, digitalização, documentos natos digitais,

cópias e originais digitais, diferenciando-os e abordando aspectos sobre sua natureza e recursos tecnológicos relacionados.

Finalmente, na seção “Ferramentas e tecnologias”, Charley lança luz, no viés arquivístico, sobre a aplicação de tecnologias no tratamento da informação digital. Neste escopo destacam-se os textos sobre inovação tecnológica, big data e mídias sociais.

Ao discorrer sobre inovação tecnológica, o autor trás para a realidade dos arquivistas termos como crowdsourcing, crowdlearnig, além dos já conhecidos open source e open data. A ideia central desta seção pode ser resumida na utilização de ferramentas - como blogs, mídias sociais e conteúdo direcionado - para estabelecer novos tipos de relacionamentos entre os usuários dos arquivos e as informações demandadas. Em outras palavras, fazer diferente! O que já ocorre em algumas instituições estrangeiras, que utilizam recursos web para, por exemplo, com a colaboração dos cidadãos, (re)indexar documentos publicados (tagging), descrever fotografias ou transcrever textos paleográficos, ou ainda, socializar o resultado de pesquisas realizadas com base e, documentos do acervo.

Ao escrever sobre o big data, o autor nos lembra que esse termo foi cunhado para representar os zetabytes de informações produzidas diariamente e disponibilizadas via web. Nos cinco “v” da equação que representa o big data (volume, variedade, velocidade, veracidade e valor), o que mais nos chama a atenção é a veracidade porque se relaciona à necessidade de os usuários das tecnologias utilizadas para minerar dados da web atentarem para questões como a legitimidade da fonte pesquisada. Observamos que poderíamos muito bem acrescentar o “v” de volatilidade. Afinal, muitas informações podem perder sua validade, não justificando seu armazenamento, no que se pode verificar a possibilidade de inserção da avaliação arquivística.

Charley considera que, ao se utilizar das mídias sociais, a instituição deve se valer de metodologias próprias a esse meio para constituir sua “persona digital”, linha de conteúdo e forma de produção otimizando os resultados obtidos. Neste aspecto, senti falta da abordagem arquivística no que respeita à gestão das informações ali produzidas, incluindo avaliação e descarte. Isso porque, cada vez mais, essas re-

des produzem registros que não se encontram em outros lugares, constituindo-se de informações únicas sobre as atividades realizadas e o relacionamento das instituições com seus clientes.

Ao concluir a leitura de “No primitivismo digital”, acredito que muitas das questões levantadas por Charley Luz estão imbricadas nas seguintes perguntas no que diz respeito à atuação profissional dos arquivistas:

- há uma renovação do perfil do profissional ou fuga do escopo da área?
- o arquivista vem identificando e atuando em novas especializações com base em sua formação ou essas novas atuações independem da Arquivística?
- neste sentido, o conhecimento arquivístico vem sendo, peremptoriamente, ignorado ou aprimorado?

São perguntas que precisam ser confrontadas e respondidas com seriedade, afinal tem reflexo direto no entendimento do que constitui-se a profissão arquivista e sua adequação aos novos tempos.

A despeito deste fato, se pode afirmar que a área arquivística pode abarcar questões como estudos de taxonomias arquivísticas não exclusivamente para planos de classificação, mas para aplicações como, por exemplo, a identificação da sensibilidade da informação (gestão de risco). Também exige a gestão dos “novos” documentos (mensagens de correio eletrônico, documentos colaborativos, portais, comunicações nas redes sociais etc.) e a concatenação dos conceitos teóricos e de práticas de outras áreas e disciplinas, como a gestão do conhecimento que abrange questões comumente ignoradas pela área, como reuso da informação e o conhecimento tácito.

Para concluir, observo que, no posfácio ao “Arquivologia 2.0”, Charley afirma que o que difere o Mundo 1.0 do 2.0 é a atitude. Então, arquivistas, deixaremos nossa marca no passado tal qual nossos antepassados mais antigos e suas escritas rupestres, desta feita usando carimbos em telas touchscreen? Ou tomaremos a atitude de reestabelecimento, reinvenção e, quiçá, inovação da profissão, alcançando-a a novos patamares, ampliando seus horizontes e demonstrando

sua aplicação, inclusive no tratamento dos bits que constituem as informações e documentos que são a base de nossa sociedade contemporânea?

Neste livro, Charley Luz demonstra que o campo está aberto para o arquivista mostrar a que veio, reafirmando seu papel social e sua importância para a memória individual e coletiva, seja de pessoas ou instituições! Participar ativamente do gerenciamento das informações orgânicas nesse novo universo tecnológico é o que colocará o arquivista entre os profissionais que garantirão a preservação da nossa história para as gerações futuras.

Brasília, 2 de julho de 2015.

Vanderlei Batista dos Santos

Arquivista, Mestre e Doutor em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília.

Tempo vivido é memória,
tempo documentado é informação.



www.arquivista.net
www.facebook.com/arquivistanet